



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 14

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 28 DE JANEIRO DE 1961

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro do ano em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

6.ª Sessão conjunta  
2.ª Sessão Legislativa Extraordinária  
da 4.ª Legislatura

Em 1º de Fevereiro de 1961, às 21 horas

### ORDEM DO DIA

— veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.890, de 1960, na Câmara e nº 87, de 1960, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961.  
Senado Federal, 26 de janeiro de 1961. — Senador Filinto Müller, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

### MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).  
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.  
1º Secretário: Senador Cunha Mello.  
2º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.  
3º Secretário: Senador Gilberto.  
4º Secretário: Senador Novaes Marinho.  
Filho.  
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.  
2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

### LÍDERES E VICE-LÍDERES Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)  
Vice-Líderes  
Victorino Freire (P.S.D.)  
Lima Teixeira (P.I.B.)  
Lobão da Silveira (P.S.D.)  
Paulo Fender (P.T.B.)

### Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).  
Vice-Líderes:  
Rui Palmeira (UDN)  
Afonso Arinos (UDN)  
Daniel Krieger (UDN).

### Dos Partidos

#### DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares  
Vice-Líder: Gaspar Velasco.

## SENADO FEDERAL

### DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo  
Vice-Líderes: Vivaldo Lima — Saulo Ramos e Arlindo Rodrigues.

### DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.  
Vice-Líder: Rui Palmeira.

### DO PARTIDO LIBERTADOR

Vice-Líder: Novaes Filho.

### DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atilio Vivacqua.  
Vice-Líder: Mendonça Clark.

### DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Milton Campos  
Atilio Vivacqua

### SUPLENTE

### PSD:

1º Gaspar Veloso  
2º Jarbas Maranhão  
3º Francisco Gaudotti  
4º Ari Viana

### PTB:

1º Mourão Vieira  
2º Barros Carvalho  
3º Lima Teixeira

### UDN:

1º Afonso Arinos  
2º Joac Arruda  
3º João Villasboas

Secretaria: Maria do Carmo Rondon  
Ribeiro Saraiva Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

### Comissão de Economia

#### TITULARES

Ari Viana — Presidente  
Fernandes Fávora — Vice-Presidente  
Alo Gómeas  
Lobão da Silveira  
Lima Teixeira  
Leônidas Melo  
Guido Mondim  
João Parente  
Sergio Marinho

#### SUPLENTE

PSD:  
1º Eugênio Barros  
2º Jefferson de Aguiar  
3º Mendonça Clark (dt PR)  
PTB:  
1º Argemiro de Figueiredo  
2º Fonso Cabral  
3º Nelson Machado (\*)

### Comissões Permanentes Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente  
Cunha Mello  
Freitas Cavalcanti  
Gilberto Marinho  
Novaes Filho  
Mathias Olympio  
F. Veloso  
Secretário: Evandro Mendes Viana  
Diretor Geral, substituto.

### Comissão de Constituição e Justiça

#### TITULARES

Lourival Fontes — Presidente  
Daniel Krieger — Vice-Presidente  
Menezes Pimentel  
Silvestre Lúcio  
Jefferson de Aguiar  
Ruy Carneiro  
Caetano de Castro  
Argemiro de Figueiredo  
Rui Palmeira

### UDN:

1º Reginaldo Fernandes  
2º Fernando Correa  
3º Irineu Bornhausen  
Secretaria: Romilda Duarte Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

### Comissão de Educação e Cultura

#### TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente  
Jarbas Maranhão  
Barros Carvalho — Presidente (U-  
Paulo Fernandes  
cenciado)  
Saulo Ramos  
Reginaldo Fernandes  
Mem de Sá

#### SUPLENTE

### PSD:

1º Lobão da Silveira  
2º Sebastião Archer

### PTB:

1º Lima Teixeira  
2º Leônidas Melo (\*)

### UDN:

Afonso Arinos  
Milton Campos  
PL:  
Secretaria: Olza José Muniz de Mel-  
Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quarta-feiras às 16 ho-  
as.

### Comissão de Finanças

#### TITULARES

Ari Viana  
Gregório Veloso — Presidente  
Vivaldo Lima — Vice-Presidente

(\*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baitar.

Francisco Gallotti  
Vitorino Freire  
Vago  
Jorge Maynard  
Caetano de Castro  
Barros Carvalho  
Saulo Ramo  
Fernando Favors  
Daniel Krieger  
Irineu Bornhausen  
Pedro Luiz  
Dix-Huit Rosado  
Mem de Sá

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Menezes Pimentel
- 2º Jefferson de Aguiar
- 3º Ruy Carneiro
- 4º Jacos Mattanão
- 5º Eugênio Barros
- 6º Silves de Pericles

## PTB:

- 1º Nelson Maculan
- 2º Arnaldo R. Rodrigues
- 3º Sr. Antonio Baltar (6.7.60)
- 4º Guio Mondum
- 5º Lima Teixeira

## UDN:

- 1º Milton Campos
- 2º Padre Calazans
- 3º Rui Palmeira
- 4º Coimbra Bueno
- 5º João Arruda

## PL:

Vago  
Secretário: Renato Chermont, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

## Comissão de Legislação Social

## TITULARES

Lima Teixeira — Presidente  
Ruy Carneiro — Vice-Presidente  
Lima da Silveira  
Menezes Pimentel  
Caetano de Castro  
Paulo Fender  
Irineu Bornhausen  
João Arruda

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Ari Viana
- 2º Francisco Gallotti
- 3º Sebastião Archer

## PTB:

- 3º Miguel Couto
- 1º Lourival Fontes
- 2º Vivaldo Lima

Substituto temporariamente  
UDN:

- 1º Dix-Huit Rosado
- 2º Padre Calazans

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

## Comissão de Redação

## TITULARES

Agostinho de Figueiredo — Presidente  
Sebastião Archer — Vice-Presidente  
Ari Viana  
Afonso Arinos  
Padre Calazans  
Fausto Cabral

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Menezes Pimentel
- 2º Ruy Carneiro

## PTB:

Lourival Fontes

## UDN:

- 1º Daniel Krieger
- 2º Joaquim Parente

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
MAURO MONTEIRO

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASILIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,00  
Ano ..... Cr\$ 96,00

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 136,00

## FUNCIONARIOS

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 39,00  
Ano ..... Cr\$ 76,00

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Secretaria: Vera de Alvarenga Ma-  
ra, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Terças-feiras, às 16 ho-  
ras.

## Comissão de Relações Exteriores

## TITULARES

Afonso Arinos — Presidente  
Benedito Valadarez — Vice-Presi-  
dente  
Gaspar Veloso  
Paulo Fernandes  
Lourival Fontes  
Miguel Couto  
Vivaldo Lima  
Rui Palmeira  
Mem de Sá

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Menezes Pimentel
- 2º Jefferson de Aguiar
- 3º Lima da Silveira

## PTB:

- 1º Agostinho de Figueiredo
- 2º Thálio Cabral
- 3º Vago

## UDN:

- 1º Milton Campos
- 2º João Arruda

Secretário: João Batista Castelan

## PL:

Bráncio, Oficial Legislativo.  
Reunião: Quartas-feiras, às 16,30 horas.

## Comissão de Saúde Pública

## TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente  
Aldo Guimarães — Vice-Presidente  
Pedro Ludovico

Alguem Couto  
Paulo Fender

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Luciano de Melo
- 2º Eugênio Barros

## PTB:

- 1º Vivaldo Lima
- 2º Saulo Ramos

## UDN:

- Fernando Corrêa
- Sergio Maranhão

Secretária: Maria de Lourdes Oli-  
veira Rodrigues — Oficial Legislativo

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 ho-  
ras.

## Comissão de Segurança Nacional

## TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente  
Caetano de Castro — Vice-Presidente  
Pedro Ludovico  
Jarbas Maranhão  
Arlindo Rodrigues

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Francisco Gallotti
- 2º Ruy Carneiro
- 3º Vago

## PTB:

- 1º Saulo Ramos
- 2º Lima Teixeira

## UDN:

1º Fernando Favors  
2º Dix-Huit Rosado  
Secretário: João do Carmo Ron-  
don Ribeiro, Oficial Legisla-  
tivo.  
Reunião: Quintas-feiras, às 16 ho-  
ras.

## Comissão de Serviço Público Civil

## TITULARES

Daniel Krieger — Presidente  
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente  
Ari Viana  
Caetano de Castro  
Nelson Maculan  
Joaquim Parente  
Mem de Sá

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Ruy Carneiro
- 2º Miranda Clark (ao PM)

## PTB:

- 1º Leônidas Melo
- 2º Guido Mondum

## UDN:

- 1º Coimbra Bueno
- 2º Padre Calazans

## PL:

Vago  
Secretária: Italina Cruz Alves —  
Oficial Legislativo.  
Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

## Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

## TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente  
Joaquim Parente — Vice-Presidente  
Eugênio Barros  
Nelson Maculan  
Coimbra Bueno

## SUPLENTE

## PSD:

- 1º Ari Viana
- 2º Vitorino Freire

## PTB:

- Barros Carvalho

## UDN:

1º Sérgio Marinho  
2º João Arruda  
Secretária: Julieta Ribeiro dos San-  
tos, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 ho-  
ras.

## Comissão Especial

## Comissão Especial de Estudo dos Problemas de Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente  
Ruy Carneiro — Vice-Presidente  
Francisco Gallotti  
Arlindo Rodrigues  
Jorge Maynard

Secretária: Julieta Ribeiro dos  
Santos, Oficial Legislativo.

## Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Doce

Benedito Valadarez — Presidente  
Lima Teixeira  
... (vaga)  
Jorge Maynard  
Atilio Vivacqua  
Secretária: Julieta Ribeiro dos  
Santos, Oficial Legislativo.

## Comissão Especial de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente  
Paulo Fernandes — Vice-Presidente  
Atilio Vivacqua  
... (vaga de Sen. Lima Guimarães)  
Lima de Matos

Secretário: José Soares de Oliveira  
Filho, Oficial Legislativo.

## Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.  
 Fernandes Fávora — Vice-Presidente.  
 Francisco Gallotti  
 Gilberto Marinho  
 Gaspar Velloso  
 Mourão Vieira  
 Guido Mendonça  
 Coimbra Bueno  
 Atílio Vivacqua.

Secretário: José Soares de Oliveira  
 Filho — Oficial Legislativo.

## ATA DA 20ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 27 DE JANEIRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos achou-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Vivaldo Lima — Zacharias de Assumpção — Victorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Mendonça Clark — Mathias Olympio — Fernandes Fávora — Menezes Pimentel — Dize Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Nogueira Filho — Jurba Maranhão — Antônio Buitar — Silvestre Pêricles — Heribaldo Vieira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Caetano de Castro — Afonso Azeiteiro — Nogueira da Gama — Moura Andrade — Pedro Ludovico — Filinto Müller — Alo Guimaraes — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — Mên de Sá — Guido Moráim — (37)

### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Mathias Olympio, 1º Suplente, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. Nogueira Filho, 4º Secretário, servindo de 1º, lê a seguinte

### EXPEDIENTE

#### Ofício

Da Câmara dos Deputados nº 49, do corrente ano, comunicando a aprovação das emendas desta Casa ao Projeto de Lei que cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Guaraná nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma escola de agricultura em Uberlândia, Minas Gerais e, bem assim, a sua remessa à sanção presidencial.

#### Aviso

Do Sr. Ministro da Marinha do seguinte teor:

Brasília, D.F., em 24 de janeiro de 1961.

Nº 036

Do Ministro da Marinha

Ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal.

Assunto: Requerimento nº 553-B, do Senado Federal.

1. Em atenção ao ofício de Vossa Excelência nº 615, de 12 de dezembro último, aprez-me prestar a seguir as informações solicitadas no Requerimento nº 553-B-1960, da lavra do Senhor Senador Saulo Ramos.

2. A situação jurídica do pessoal do Estaleiro Naval de Coqueiros, do Comando do 5º Distrito Naval, e a de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que os mesmos são pagos pelo Fundo Naval, economias administrativas e rendas industriais, faltando-lhes, pois, a qualidade de servidores públicos, razão pela qual não lhes são aplicáveis as disposições das Leis números 3.531-59, 3.780-60 e 3.826-60.

3. Os empregados do Estaleiro Naval de Coqueiros não foram abrangidos pela Lei nº 3.780-60, citada, que dispôs sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo da União, por isso que esse diploma legal determinou apenas o enquadramento dos funcionários titulados, dos extranumerários e do pessoal pago por verbas globais, tabelado e equiparado aos extranumerários.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e distinta consideração.

Jorge do Paço Mattoso Maia — Almirante, R.R.M. — Ministro da Marinha.

Dê-se conhecimento ao Requerente.

### O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o Sr. Mendonça Clark, primeiro orador inscrito.

### O SR. MENDONÇA CLARK:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos últimos sete dias, por iniciativa do Centro Acadêmico 22 de Agosto, da Faculdade Paulista de Direito e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foram realizadas várias conferências denominadas "Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste".

A iniciativa, Sr. Presidente, como não poderia deixar acontecer, mereceu apoio integral do Governador Carvalho Pinto, dos Presidentes e vários membros da Assembleia Legislativa de São Paulo, bem como da Associação Comercial de São Paulo; ao término dessas conferências, foi criado o Movimento de Integração do Nordeste, com sede em São Paulo.

A Comissão organizadora do Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste decidiu apresentar, conforme está publicado em "O Estado de São Paulo", de 26 do corrente, uma série de sugestões visando a colaboração das classes produtivas de São Paulo, e dos mais Estados sulinos com o Nordeste.

As sugestões são as seguintes:

"A Comissão Organizadora do Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste, atendendo ao manifestado pelos Srs. José Emílio de Moraes e Camillo Anselmi, e as sugestões do Sr. Aloysio Afonso Campos, decide:

a) sugerir à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que mantenha uma seção de informações e de elaboração de anteprojetos para o Nordeste, a fim de orientar a aplicação de capitais privados naquela região;

b) igualmente sugerir à FIESP a organização de um Escritório de Engenharia destinado a assistir a SUDENE no tocante à comprovação da existência de equipamentos similares aos estrangeiros produzidos no País, e no exame de todas as questões relacionadas com a sua produção;

c) sugerir aos bancos oficiais da região Centro-Sul do País, inclusive o Banco do Estado de São Paulo, a criação de diretrizes regionais para o comércio com o Nordeste, visando a concessão de financiamento não só para a venda de produtos produzidos na indústria da região Centro-

Sul, como para a compra de produtos do Nordeste a ela destinados".

Depois dessas sugestões da Comissão, a encerramento do Ciclo, foi feita uma Declaração de Princípios, que passarei a ler, para que conste dos Anais do Senado.

Está assim redigida:

Ontem à noite aprovou-se a seguinte Declaração de Princípios:

"A vista dos debates travados em Comissão durante o Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste, a Comissão Organizadora apresenta a "Jornada de Natal", a realizar-se na Capital do Rio Grande do Norte, a 1º de fevereiro de 1961, o seguinte projeto de declaração de princípios:

"Tendo em vista a crescente disparidade de estágios econômicos entre o Nordeste e o Centro-Sul do País — a qual pode expressar-se sinteticamente:

a) no fato de a renda "per capita" do Nordeste representar apenas 31% daquela registrada no Centro-Sul;

b) na circunstância de essa diferença estar-se ampliando, pois em 1948, a referida percentagem alcançava 36%, o Movimento de Integração do Nordeste constituído em São Paulo ao ensejo da realização do Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste promovido pela mocidade acadêmica de São Paulo por iniciativa do Centro Acadêmico "22 de Agosto", reconhece e defenderá os seguintes princípios:

1 — a existência, dentro do País, de regiões ricas e pobres, compromete a unidade nacional e avilta o sentimento de fraternidade cristã do povo brasileiro;

2 — o subdesenvolvimento econômico do Nordeste é o mais sério problema nacional, e a contribuição dos Estados ricos à sua solução deve ser ainda mais relevante e objetiva que a atual;

3 — o Nordeste possui recursos naturais e humanos que podem ser mobilizados para um processo rápido de desenvolvimento econômico. O elemento humano, lastreado no patrimônio cultural acumulado em quatro séculos de História, é capaz de fornecer os quadros dirigentes da transformação econômica e técnica da região, desde que devidamente preparado. Assim, a contribuição dos Estados mais desenvolvidos pode e deve revestir-se também da forma de auxílio e colaboração técnicas no quadro de programas de formação e especialização da mão-de-obra nordestina, a qual é capaz de adaptar-se com grande facilidade, às condições de trabalho impostas pela economia moderna. Daí o fato de os recursos que o País vier a despendar para que o processo de desenvolvimento se efetive virem a representar, ao invés de ônus para as demais regiões, um acréscimo vigoroso à riqueza nacional;

4 — a dinamização da economia do Nordeste, inclusive a reorganização da atual estrutura agrícola, é a forma mais objetiva de assegurar à indústria nacional um mercado mas amplo e subordinado, exclusivamente, às forças do próprio sistema econômico nacional;

5 — as máquinas e equipamentos produzidos no País devem ter preferência sobre os de qualquer outra procedência, na política de industrialização e de modernização da agricultura do Nordeste, devendo as políticas cambial, creditícia e fiscal assegurarem ou preservarem a capacidade competitiva da indústria nacional no mercado interno do País;

6 — os gastos do Governo Federal no Nordeste, inclusive nos setores de educação e saúde pública, devem contribuir mais eficazmente para atrair e fixar capitais privados à Região, o que conduzirá ao aumento do bem-estar na área mais desenvolvida do País. Para tanto é necessário que os órgãos federais que atuam no Nordeste se integrem, desde o planejamento, em uma ação coordenada, a qual lhes permita evitar duplicidade, contradições e pulverização de recursos;

7 — impõe-se, para que se alcance maior eficiência dos gastos públicos no Nordeste, sua subordinação a um planejamento realista e consentâneo com as necessidades e peculiaridades locais, tal como o expresso no Primeiro Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ainda em discussão no Congresso Nacional;

8 — sendo o problema do subdesenvolvimento comum a todo o Nordeste, variando apenas de intensidade de Estado para Estado, a ação do poder público deve orientar-se para atender toda a Região, sem comprometer o desenvolvimento nacional, sem acentuar as próprias desigualdades infra-regionais e sem subordinar-se a reivindicações de caráter pessoal ou de grupos;

9 — as diretrizes desse Planejamento, expressas na Lei número 3.692 de 15 de dezembro de 1959, que criou a SUDENE, devem ser preservadas e obedecidas como a forma mais recomendável de criarem-se condições para aumentar a eficiência dos investimentos públicos e o volume dos investimentos privados, e para a integração da economia do País;

10 — sendo a ação da SUDENE discutida e aprovada por um Conselho Deliberativo do qual participem todos os governadores pordestinos e representantes dos principais órgãos federais, e sendo, por outro lado, os planos dessa Superintendência objeto de revisão e aprovação pelo Congresso Nacional, a SUDENE já tem assegurada a necessária contribuição da sensibilidade e do patriotismo dos políticos brasileiros à solução dos problemas do Nordeste, razão pela qual deve ela ter direção eminentemente técnica, como já agora, e inteiramente desvinculada de qualquer compromisso político-partidário, como o exige a ação planejadora".

Esta, Sr. Presidente e Senhores Senadores, a Declaração de Princípios do Ciclo de Conferências da Comissão Organizadora dos Estudos sobre a Integração do Nordeste.

A lista de cinco sugestões, que li em primeiro lugar, acompanhada da Declaração de Princípios, segue-se o discurso proferido no encerramento daquele conclave, pelo Exmo. Senhor Governador do Estado de São Paulo, Professor Carlos Alberto de Carvalho Pinto.

Passo a ler essa oração, para que conste dos Anais da Casa.

E a seguinte:

"Senhores:

Em um momento de marcante expansão no quadro social e econômico de nossa Pátria, mas que coincide também com o início da posse de um novo Governo, depus-me a pensar nas mais belas e nobres aspirações populares, quisera meus alunos da Faculdade Paulista de Direito promover o primeiro Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste.

Chegamos, hoje, ao término dos trabalhos e verificamos, pelo interesse suscitado em torno do tema e ante a objetividade das conclusões, como foi feliz e oportuna a iniciativa dos moços do Centro Acadêmico "XXII de Agosto", na preocupação construtiva de responder a um desafio, para o qual a consciência na Nação foi conclamada, já na primeira década deste século, pelo brado de revolta de Euclides da Cunha.

Acompanhei atentamente — a despeito dos cuidados de toda a ordem que me reclamaram a atenção nos últimos dias — os trabalhos deste Ciclo de Estudos, que contou a participação direta de secretários de Estados, membros do Grupo de Planejamento e do seu secretário-executivo, Dr. Diogo Nunes Gaspar, cuja experiência no Banco do Nordeste se tornou sobremaneira útil à boa compreensão dos problemas em tela. Governadores de Estado, líderes da indústria e do comércio, técnicos em planejamento, economistas, jornalistas e militares, aqui se fizeram ouvir, descendo ao amago de um problema que não mais pode ser omitido ou cogitado apenas em situações emergentes, ou sob ângulos casuísticos.

Já nos tornamos uma Nação adulta. Prova-o a seriedade dos temas aqui debatidos. Não mais raciocinamos em termos de ufanismo estéril e sim com o senso das realidades invariavelmente reclamado por uma sã política de desenvolvimento e de integração nacional.

#### Planejamento e liberdade

O século XX meus senhores, se marca o eclipse inapelável do colonialismo, assinala o alvorecer das nações ditas subdesenvolvidas, em busca, pelo trabalho de seus homens e pelo aproveitamento de seus recursos, do lugar ao sol que lhes pertence e não mais hes pode ser negado. É a luta de gigantes que despertam, luta que envolve, a partir de sua base, uma opção decisiva e inapelável entre a liberdade e o totalitarismo.

Nós, brasileiros, estamos provando que o planejamento, exigindo embora, disciplina e sacrifícios, não é uma decorrência nem um privilégio dos regimes de força e de partido único. Aos poucos e sem o holocausto das liberdades públicas, vencemos as barreiras dos preconceitos, da ignorância, dos imediatismos eloqüentes, para fazermos do dever de governar uma arte e uma técnica.

Assim temos procurado agir em São Paulo, combatidos como é natural, pelos traficantes da política, mas inteiramente compreendidos pelo povo, que vê no planejamento a destruição impiedosa da mentira e da demagogia. Igual esforço construtivo sentimos no Plano Diretor do Nordeste, nas metas do presidente Juscelino Kubitschek, nos trabalhos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai e em tantas outras iniciativas que assinalam, de Norte a Sul, a superação das rotinas, da improvisação e dos interesses meramente políticos, pelo planejamento criterioso e humano.

Não estamos, todavia, a salvo de ameaças e de engodos. Precisamos repelir as enganadoras miragens do messianismo ideológico, fazendo frutificar o nosso trabalho, aperfeiçoando as nossas instituições e guardando com amor a nossa herança cristã. Este o verdadeiro sentido da luta pela integração nacional, sua imaneente beleza e a certeza de que ela não restará inútil.

#### Passou a época das economias estanques

Governador de São Paulo, tenho a consciência nítida de que não só passou a época das economias estanques, como também, em face dos modernos recursos da técnica, impulsionados por uma política realista e construtiva, não há, nas condições do meio físico do País, obstáculos intransponíveis à realização imediata da real e verdadeira integração de todas as parcelas da nacionalidade, isto é, da terra e dos homens que a povoam.

Não nasceu em solo bandeirante a lenda de que somos a locomotiva a puxar vinte vagões vazios. Temos a consciência de que a nossa prosperidade depende do equilíbrio harmônico do todo nacional. E mesmo em São Paulo — cumpre lembrarmos — há vastas regiões ainda em pleno regime de subdesenvolvimento, com índices econômicos inferiores aos do próprio Nordeste.

O Plano de Ação de meu governo não se contém, assim, nos limites de nosso Estado e todo o seu programa de infra-estrutura e de financiamentos projeta seus efeitos benéficos no interesse da própria economia nacional.

Basta ver os trabalhos de aproveitamento hidrelétrico em execução. As grandes usinas se encontram em rios fronteiriços — o Paranapanema, o Pardo, e, já agora, com a constituição das Centrais Elétricas de Urubupungá, também no Paraná, assinalando o sentido nacional de realizações que representam elos de cobertura do território pátrio por uma vasta rede energética.

Não basta, entretanto, tirar dos rios a energia que néles dormita há séculos. É preciso fazer o solo produtivo e dar ao homem, para quem a terra foi criada, a oportunidade de cultivá-la. Esta preocupação social e cristã se traduz, no meu governo, por uma política de revisão agrária, aprovada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e que, humanizando e enriquecendo S. Paulo, encorajará outros Estados à adoção de medidas semelhantes, em benefício de imensas áreas do País que as reclamam, notadamente no Nordeste.

É, pois, com justificada alegria que vemos tais esforços e vários outros de natureza global ou regional, completados, no Nordeste, pela "formulação precisa de uma política de desenvolvimento que norteie e dê continuidade à atuação do poder público", através da "tomada de consciência do Estado como promotor do desenvolvimento econômico". (Cf. "Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste", ed. Sudene, Recife, 1960).

Começa assim a liquidação de uma longa era de incertezas e de vacilações, de penúria para muitos e de riqueza para muito poucos. Afirma-se o direito que tem o Homem de viver como Pessoa Humana. Cria-se, de tal sorte, um povo sadio, feliz e surdo aos apelos dos profetas, dos totalitarismos que sempre surgem onde há fome e desespero e, por isto, insistem na ronda ambiciosa ao nosso Continente.

Vive o Nordeste sua hora solar, hora da redenção a que tem direito, término de uma época e nascimento de outra, inspirada pela idêntica matriz de uma Pátria equânime para todos os seus filhos e desejosa de a todos estender as oportunidades e as regalias do progresso.

#### Nova Era

O governo cuja posse se avizinha — disse-o, em sua pregação cívica o eminente presidente eleito, Dr. Jânio Quadros — tem para esta causa uma sensibilidade especial. Sem dúvida, todos nós, brasileiros do norte, do sul, do centro, do oeste ou do nordeste, haveremos de assegurar-lhe a colaboração indispensável ao êxito de sua tarefa. São Paulo não faltará a seu dever, colocando, como colocado tem, ao dispor do nordeste, quer no campo da administração pública, quer no da iniciativa privada, toda sua experiência e todo o seu patriotismo, colaborando, em seu jamais desmentido espírito de brasilidade, para proporcionar a todos os brasileiros uma vida melhor.

Mas há que lutar e vencer. E uma das condições essenciais da vitória reside nesta preocupação crítica, que, mercê do idealismo dos acadêmicos da Universidade Católica, inspirou os trabalhos do I Ciclo de Estudos e nos desvendou corajosamente muitos dos caminhos a percorrer.

Esta é uma campanha para a qual se conclamam todos os brasileiros. Há de ser um somatório de esforços inspirados sempre pelos superiores propósitos de brasilidade, avessos a estereis impulsos puramente sentimentais ou a torpes explorações regionalistas, que desunem em vez de unir, e que debilitam em vez de robustecer, a grande Pátria comum. Não se cria a riqueza, aniquilando os focos espontâneos de sua irradiação. Ao contrário, disciplinando, impulsionando, projetando os surtos naturais de desenvolvimento, é que se há de levar com justiça e eficiência o progresso e a civilização a todos os rincões da nossa terra.

Dentro desta orientação sã, humana e construtiva, encaremos com otimismo a causa de integração do Nordeste. Muito deve a Nação de hoje àquele pedaço de terra em que, pela primeira vez, na luta contra os flamengos, se afirmou a consciência da nacionalidade.

A Pátria que nasceu unida não pode dividir-se hoje em áreas de prosperidade e zonas de pobreza. Que o Brasil seja um só, forte e rico, pela sincera união de esforços de todos os seus filhos.

Não faltemos a essa missão".

Sr. Presidente, nós representantes do Nordeste, reconhecemos, nos estudos realizados e na Comissão constituída, os melhores propósitos, os mais sérios motivos de preocupação, o maior desejo, realmente, de solucionar o problema do Nordeste.

Por esse motivo, Sr. Presidente e Senhores Senadores, julgo oportuno ler, para o Senado, comentário publicado no próprio "O Estado de São Paulo", sobre as reuniões realizadas naquela Capital. Diz o jornal:

#### "Ainda a Sudene

"Não temos dúvidas absolutamente nenhuma de que a principal preocupação da SUDENE, com o seu Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, consiste, por um lado, em melhorar os rendimentos atuais da população nordestina e, por outro, aumentar as possibilidades de emprego na mesma região. Não duvidamos disso, naturalmente, porque só essa preocupação pode justificar o plano da SUDENE. Afigura-se-nos, entretanto, que o Plano Diretor não leva devidamente em conta o elemento humano que ele tem por fim beneficiar. Um plano de desenvolvimento econômico precisa de tomar, em consideração, antes dos

objetivos a atingir, os meios e os recursos de que pode lançar mão. Ora, nesse ponto, parece-nos que a SUDENE se deixa enfiar demasiado pelos fins e descarta a viabilidade dos meios.

O que a SUDENE pretende em relação ao Nordeste do Brasil é o que pretende o governo de Nehru em relação à Índia. Só com uma diferença: enquanto o plano quinquenal indiano visa adaptar-se às peculiaridades demográficas da Índia, o Plano Diretor da SUDENE tenta um resultado diametralmente oposto. Em nossa opinião, o principal trabalho da SUDENE devia ter consistido num escrupuloso levantamento da situação demográfica da zona que se propõe desenvolver. Antes de se planejar o desenvolvimento econômico de uma região, convém saber, em primeiro lugar, a quantidade de mão-de-obra disponível e as atividades a que essa mão-de-obra mais prontamente se adapta. É inútil, senão contraproducente, querer-se elevar o nível econômico de determinada população por meio de atividades a que ela não se ajusta facilmente. É certo que, a longo prazo, o desenvolvimento industrial da área resolverá o problema do emprego dos excedentes populacionais. Mas até que esse prazo seja atingido?

Já dissemos, em comentário anterior, que o Plano da SUDENE é excessivamente ambicioso. Preferimo-lo mais modesto, mais empenhado na solução daqueles problemas que, aparentemente insignificantes, são, no fundo, os mais diretamente responsáveis pela miséria do Nordeste. Ao invés dos arrojados planos de instalação da indústria siderúrgica e de outros ramos industriais, que necessariamente exigem, mão-de-obra especializada que o Nordeste não terá tão cedo, preferíamos ver o Plano preocupado com o aproveitamento racional dos braços desocupados e com a busca dos meios de desenvolvimento mais consentâneos com as atuais possibilidades e faculdades da população nordestina.

Livremó-nos de transpor para o Nordeste o critério "desenvolvimentista" que desgraçadamente prevaleceu no Brasil durante estes últimos cinco anos. De nada valeria aos nordestinos, pelo menos nestes anos mais chegados, que a industrialização do Nordeste implicasse a necessidade de importar de outros Estados a mão-de-obra que ele não tem. Até porque, privados de participar, com seu trabalho, nessas novas fontes de riqueza, estariam consequentemente excluídos da percepção da respectiva renda e, portanto, impossibilitados de concorrer para a criação do mercado consumidor da sua própria indústria.

É verdade que o Plano da SUDENE faz uma alusão às vantagens que, naturalmente, resultariam, para as indústrias que ali se desenvolvessem, da circunstância de a mão-de-obra nordestina ser muito mais barata do que a mão-de-obra do Sul. Essa, entretanto, não nos parece ser a preocupação mais justa num organismo que se propõe elevar o padrão de vida da população do Nordeste. Quando muito, justifica-se que ela parta de quem tenha em vista aliciar com perspectivas de maiores lucros as empresas particulares; nunca, entretanto, de quem recebe do governo federal a incumbência de traçar um plano de salvação para uma das mais pobres e desprotegidas zonas do Brasil.



Sr. Presidente, o artigo que acabo de ler, de "O Estado de São Paulo", no mesmo número em que se publicam os resultados finais do Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste, deve ser profundamente meditado por todos aqueles que reconhecem na SUDENE a maior boa vontade de resolver os problemas do Nordeste. Bem assim, chegou-se à conclusão, com toda a honestidade, de que o Brasil não pode mais continuar como vinha até agora: desenvolvendo a região Centro-Sul e abandonando, ou esquecendo, a região Norte-Nordeste.

Sr. Presidente, votei a Lei da SUDENE, mas com a idéia de que faltava ao Nordeste um órgão de planejamento, a ser entregue a elementos de absoluta isenção política. Órgão que tivesse, além das possibilidades de projetar e planejar, recursos próprios para, em determinadas ocasiões, interferir no sentido de melhorar ou apressar a solução de certos problemas básicos do Nordeste. O que, entretanto, verifiquei nos dois anos decorridos, da criação da SUDENE, é que tomou corpo a idéia de que esse órgão deve tudo fazer, tudo supervisionar, tudo fiscalizar, sendo uma espécie, digamos, de super-ministério.

Quanto a esse aspecto não concordo, absolutamente. Acho que, por exemplo, o Ministério da Agricultura há anos não funciona. Não funcionam os Fomentos Vegetais, a Defesa Animal e nem mesmo qualquer dos seus órgãos, pois é um Ministério abandonado. Mas entre verificar a realidade da situação do Ministério da Agricultura e pretender que os seus órgãos devam ficar subordinados à SUDENE, há diferença muito grande.

O Ministério da Educação e Cultura tem procurado fazer o possível para atender ao Nordeste; se não tem feito mais, conforme relatório que recebi ontem do respectivo Ministro, é porque não recebe as dotações orçamentárias que constam, cada ano, da Lei de Meios, para construção de escolas, concessão de bolsas de estudo, suplementação do ensino. Mas por isso não se pode pretender que fiquem essas atividades, subordinadas à SUDENE, no Nordeste.

O Ministério da Viação e Obras Públicas, pelo seu órgão, o DNOCS, encarregado dos açudes, das barragens, das estradas de ferro e das estradas de rodagem, não pode ficar subordinado a um planejamento que será feito pelo Superintendente da SUDENE, com a assistência do Governo dos Estados e dos representantes desse Ministério. Não é essa a função da SUDENE; o que devemos agora pretender, se realmente quisermos alguma coisa no Nordeste ou noutra parte qualquer do Brasil, é fazer funcionar os nossos ministérios e seus serviços; é fazer com que as verbas sejam pagas em tempo, em duodécimos ou mesmo com adiantamento, para que os Ministérios possam trabalhar nos prazos devidos. Assim se evitaria, que os Congressistas, Deputados e Senadores, perdessem tempo precioso e se desmoralizassem perante o Poder Executivo a pedir, pelo amor de Deus ou a título de favor o pagamento de verbas, muito embora fracionadas.

Quando modificarmos essa situação, quando estivermos cientes e tranquilos de que aquilo que votamos aqui ou o que o Governo resolver fazer em cada região do Brasil, será feito pelos respectivos Ministérios, aí, sim, teremos meio caminho andado. Nessa ocasião, então, com referência ao Nordeste, a SUDENE, com seus dois bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros da dotação legal, pelo menos para 1961, através de seus estudos e planejamentos poderá interferir por meio de acordos com os órgãos federais, para incrementar esses serviços e melhorá-los, apressando a conclusão de obras ou de planejamentos econômicos e financeiros. Poderá também a SUDENE incentivar a in-

dústria privada com os recursos de que dispõe, desde que sejam indústrias básicas necessárias ao desenvolvimento econômico da região.

Como bem diz o jornal "O Estado de São Paulo", tudo leva a crer que se queira promover o desenvolvimento do Nordeste, que se queira fazer desaparecer o desnível econômico das populações nordestinas em relação às do centro e do sul, através da industrialização.

Neste ponto, concordo ainda com o grande órgão da imprensa paulista. A longo prazo poderá isso ocorrer, mas não sou daqueles que entendem se deva começar uma construção pelo telhado, ou comprando primeiro a mobília, os utensílios domésticos.

Sou daqueles que acham deva fixar o homem ao solo, interessá-lo no lugar onde vive, dando-lhe condições de vida e proporcionando meios para que produza e deixe de ser oneroso à sua região, ao seu Estado e ao País.

Não vejo, no programa da SUDENE, pelo menos com relação ao meu Estado, nada que diga respeito a aguadas e barragens. Estas, no meu Estado, eu as considero essenciais para podermos exigir que o homem do Piauí permaneça na zona rural. Será por meio da água acumulada à beira das estradas, em cada município piaulense, que conseguiremos a formação e o crescimento de pequenos núcleos de produção. Através da multiplicidade dessas pequenas barragens e aguadas que pequenas produções de cada região, reunidas, nos fornecerão elementos materiais para, mais tarde, pensarmos na industrialização dos produtos da mesma região, retendo na região ou no Estado os lucros que iriam para outro Estado ou região, se no próprio Estado ou na própria região não houver indústria para aproveitá-los.

Não podemos, porém, criar indústrias de alta base no litoral nordestino, ou em determinados pontos estratégicos da região, pagando salários maiores. Se assim fizermos, promoveremos uma corrida do homem do interior para o litoral, à procura dessas indústrias, com o abandono do campo, agravando desse modo a situação da produção agrícola e pecuária do Nordeste.

Lembro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que em 1956 ou 1957, quando visitávamos as zonas assoladas pela seca do nordeste, em Comissão do Senado, perguntávamos aos superintendentes do nordeste, por que não pagavam mais esses homens que estavam passando miséria, com família para sustentar. O que recebiam era insuficiente para ter vida de acordo com a sua condição de ente humano.

A resposta, Sr. Presidente e Srs. Senadores, era esta: "Se pagarmos mais do que estamos pagando, em vez de termos duzentos, trezentos, quatrocentos ou mil homens, teremos um ou dois milhões de homens; e ninguém mais querirá trabalhar na agricultura ou pecuária, do Nordeste, mesmo nas zonas úmidas."

Assim sendo, num momento de crise, de calamidade, quando a prática da região confirma que não é possível pagar aquilo que o homem deve receber, pois do contrário as consequências futuras terão piores, não aceitamos como viável a idéia de uma industrialização rápida, violenta do litoral do nordeste, se assim fizermos, estaremos certamente criando grandes dificuldades para as populações do interior e para o futuro do Nordeste nas suas zonas de produção.

Quando ainda no Rio de Janeiro, votamos uma lei pela qual foi concedida, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, às indústrias que viessem a se instalar no Nordeste, isenção dos impostos de Renda, de Consumo e bem assim a promessa de favores cambiais.

Na prática, entretanto, a não ser algumas indústrias como a de Fosforita, nenhuma empresa do sul até

hoje se prevaleceu das condições excepcionais criadas para desenvolver a industrialização naquela região.

A meu ver, Sr. Presidente, a razão é muito simples. Se levarmos para o Nordeste — baseando-nos na promessa feita e até agora não concretizada, mas que esperamos se concretizará — uma fábrica de arame farpado que se verificará na prática? Instalada a fábrica, esta se prevalecerá da isenção de impostos, da mão-de-obra barata, e de outras vantagens. Entretanto, indago: Qual a garantia para o nordestino de que essa fábrica venderá o arame farpado a preço mais baixo do que as fábricas do sul? Há garantia de que essa fábrica, para merecer melhores favores, se sinta obrigada a vender a sua produção em melhores condições? Não. Não há. Ninguém pode interferir na fixação do preço do artigo produzido.

E ainda: qual é a garantia que oferece a fábrica no caso de ver sua produção estagnada por falta de compradores, dada a elevação dos preços do produto?

Deixará essa fábrica de vender o seu arame farpado para os mercados do Sul, onde possa encontrar escoamento para o produto?

O que se verificará, então, é que grandes indústrias poderão se instalar no Nordeste e resolver seus problemas, mas não resolverão os problemas do consumidor nordestino.

Um dos argumentos sérios, que apresentei nesta Casa, contra qualquer vantagem cambial relativa à importação de artigos essenciais para o Nordeste, foi o de que se nos fosse dada a concessão seriam importados artigos de fabricação estrangeiras com similares nacionais, que lá não ficariam porque havendo escassez no sul, os intermediários das importações nordestinas vendê-los-iam para o sul. É um argumento sério.

Sr. Presidente, se indústrias similares fossem instaladas no Nordeste, vendendo arame a mil duzentos cruzeiros o rolo e o nordestino sem recursos financeiros para adquiri-lo, salvo com ajuda governamental, pergunto: isso significará que as indústrias deixem de funcionar? Não. Pode alguém impedir que venda sua produção par aos mercados do sul, onde pode obter melhores resultados? Não.

Solucionará os problemas do nordestino? Não.

Aí está a grande dificuldade. O consumidor, o homem que trabalha no campo, o homem que extrai o babaçu, a cera de carnaúba, a juta, a borracha, o cacau, a mamona, não tem recursos suficientes para competir no mercado interno com os altos preços da indústria nacional.

Estamos, portanto, diante de um problema. Temos a indústria nacional em pleno funcionamento. Mas temos uma indústria que, conforme a própria Declaração de Princípios aqui lida, necessita que o Governo tome as providências para que o artigo nacional seja protegido em forma de facilidades cambiais, e de melhores fretes, contra qualquer similar estrangeiro.

Está certo. Protegido o produto nacional, como se vai criar o mercado do Nordeste? Vai-se subsidiar todas as vendas do Nordeste? É o que estamos tentando fazer para remediar, em parte, a situação.

A indústria automobilística exige se crie um Fundo de Financiamento, não para vendermos veículos e trafores, a seis e doze meses, e a preços elevados. A sua venda exige, hoje, um fundo especial, capaz de financiá-la a vinte e quatro e trinta e seis ou mais meses; quer dizer, facilitar a capacidade de escoamento da produção através de um preço alto, porém a prazo longo.

Acontecerá um dia — e este será o final da história — que sendo o prazo de pagamento da mercadoria de trinta e seis ou quarenta e oito meses, excedida a capacidade de resis-

tência do material vendido, acontecer que a mercadoria poderá se acabar ou se deteriorar antes que venha a ser paga.

Sr. Presidente, olho com a maior simpatia, com a maior gratidão os esforços do Governador de São Paulo, tentando abrir agências do Banco do Estado de São Paulo por todo o Norte e Nordeste, a fim de organizar um sistema de financiamento, do produtor paulista ao consumidor nordestino ou nordestino, com o intuito de encontrar a melhor maneira para o escoar a produção paulista ou sulista. Indiscutivelmente, é o único homem capaz, neste momento, de evitar a paralisação da indústria de máquinas pesadas, e isto através do financiamento, a longo prazo, pelo Banco do Estado de São Paulo, aos compradores nordestinos.

Não há mais motorista capaz de comprar um caminhão por dois milhões de cruzeiros dentro do atual prazo de financiamento. Há necessidade de se criar um sistema diferente de financiamento a prazo mais longo, para o comprador, que não suporte o dispêndio de trezentos ou quatrocentos mil cruzeiros de entrada por um veículo e prestações de quarenta ou cinquenta mil cruzeiros mensais durante trinta e seis ou quarenta e oito meses. Ao contrário as fábricas terão de reduzir a sua produção e essa redução representar elevação do custo da mercadoria.

O Governador de São Paulo já entrou com um pedido na SUMOC, há mais de dois anos. Infelizmente, por motivos que não desejo mencionar e que considero condenáveis, a SUMOC não deu permissão ao Governo de São Paulo para instalar essas agências do Banco do Estado de S. Paulo em Belém, São Luiz, Macaé, Natal, Teresina, Fortaleza, etc., porém a situação política vai mudar.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Talvez possa informar, a mim e à Casa como são concedidas as autorizações da SUMOC para a abertura de agências, se em consequência de tradição bancária ou se em função do capital do Banco em relação ao número de agências existentes. Afirmou V. Excelência que os processos usados pela SUMOC, aos quais não se quer referir, são condenáveis. Existe porventura uma lei regulando o assunto? A SUMOC, no apreciar o processo a que V. Excia. se refere, está ou não dentro do Regulamento que determina tenham os Bancos tantas agências, em função do seu capital?

O SR. MENDONÇA CLARK — Responderei ao nobre colega, com muito prazer.

O Regulamento da SUMOC, em relação à abertura de agências, tem sofrido alterações.

O Sr. Gaspar Velloso — Desejo saber qual o Regulamento sobre o assunto, vigente no momento.

O SR. MENDONÇA CLARK — Na última gestão do ex-Ministro e economista, Dr. Souza Dantas, na SUMOC, foi modificado o Regulamento no sentido de facilitar a criação de agências de bancos nas cidades menos favorecidas. Nessas condições, para a abertura de uma agência, digamos, em uma pequena cidade do Nordeste, o capital atribuído seria de seiscentos mil cruzeiros, ao passo que, para a criação de uma agência na capital de São Paulo fixar-se-ia o capital em um milhão de cruzeiros. Esse princípio veio corrigir o Regulamento antigo, que não incentivava os Bancos para a instalação de agências nas pequenas cidades.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — O Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, datado de 1952, quando foi alterado pelo Senhor Loureiro da Silva, já estabelecia que, nos Estados ou municípios onde não houvesse agência para financiamento direto aos agricultores, seria criado escritório, com a finalidade de proporcionar, diretamente aos homens do campo, financiamento de ante-safra. Entretanto, o Regulamento de 1952 não foi executado, quanto a este ponto, razão por que a maioria dos municípios brasileiros não dispõe de pelo menos de um escritório que represente a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte esclarecedor do nobre Senador Lima Teixeira. Acontece, entretanto, que muitas vezes é difícil fazer funcionar a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, nas cidades do interior, pela falta de pessoal habilitado para atender aos inúmeros pedidos de empréstimos, mesmo quando o Gerente da Agência tem mentalidade, digamos, agrícola.

Domingo passado, estive conversando com o Gerente do Banco do Brasil em Florianópolis, no Plauí. Disse-me ele que se pudesse contar com os elementos solicitados à Carteira de Crédito, já estaria com seis mil contratos agrícolas firmados em sua agência. E mais, para ultimar os mil e quinhentos já celebrados trabalha dia e noite, não lhe sobrando tempo para nada. Acrescentou que, graças ao financiamento concedido a agricultores de Canto do Buriti, em 1959, a produção de algodão desse município subiu de trezentos mil para um milhão de toneladas.

Vemos assim, Sr. Presidente, o quanto é difícil a situação do produtor nacional e o atendimento das reivindicações do homem do campo, que depende da lavoura ou da pecuária para viver.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Excia. outro aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — Estranhei o fato de o Regulamento de 1952, da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, não ter sido executado, principalmente o dispositivo que determinou a criação de escritórios nos municípios onde não houvesse agências. Nesse sentido, há anos formulei requerimento de informações ao Banco do Brasil. A resposta não se fez esperar. Alegava aquele estabelecimento não dispor de pessoal suficiente para a instalação dos escritórios...

O SR. MENDONÇA CLARK — Mas não contrata funcionários para suprir essa deficiência.

O Sr. Lima Teixeira — ... e mais, que não concedia financiamento aos pequenos agricultores, com base no dispositivo da Carteira de Financiamento Fundiário, por ausência de interesse dos mesmos. Acontece, meu caro colega, que o pequeno agricultor, o homem que vive nas roças, não tem habilitação, para, junto ao Banco, apresentar requerimentos ou fazer solicitações.

O SR. MENDONÇA CLARK — Exatamente.

Respondendo agora ao aparte com que me honrou o nobre Senador Gaspar Velloso há pouco. Não foi a falta de capital do Banco do Estado de São Paulo que impediu a criação das agências, pois esse estabelecimento bancário estava, no fim do ano passado, com cerca de trinta e um bilhões de cruzeiros em depósitos.

O Sr. Nelson Maculan — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Maculan — O nobre colega Senador Lima Teixeira, há pouco, referiu-se à burocracia, que cria grandes dificuldades ao pequeno produtor. Entretanto, temos a célebre pignoratícia rural que facilitaria mu-

to ao pequeno lavrador a obtenção de financiamento. Apesar de existir há mais de seis anos, infelizmente, até o momento, não está em condições de ser aplicada. Se, realmente, houvesse interesse em dar financiamento ao pequeno produtor, não se registrariam os dados seguintes, segundo as estatísticas de 1958: oitenta e cinco por cento dos financiamentos da Carteira iam de cem mil cruzeiros a cinco milhões de cruzeiros; quinze por cento, acima de cinco milhões. No entanto, oitenta e sete por cento das importâncias aplicadas em empréstimos, pertenciam à minoria, enquanto os pequenos produtores financiados não constituíam treze por cento do total emprestado.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Desejo repór, com a permissão de V. Exa., o meu aparte na situação em que o coloquei. Afirmou V. Exa. que, a SUMOC, por condenáveis processos que não ignora, mas não quer revelar a Casa, negou ao Banco do Estado de São Paulo autorização para criar filiais em algumas cidades do Nordeste, necessitadas do crédito que aquela Banco lhes poderia propiciar, em favor da agricultura e das pequenas indústrias nordestinas. Meu aparte foi interrompido por outros dos ilustres colegas, Senadores Lima Teixeira e Nelson Maculan, este já se referindo a outro aspecto do problema, não abordado no discurso de V. Exa. Isto é, a atuação da Carteira Agrícola do Banco do Brasil no financiamento aos produtores e agricultores nordestinos. Este é um aspecto a que o meu aparte não faz referência. Perdi a V. Exa. esclarecimento sobre o que não de condenável na ação da SUMOC, em relação à atuação do Banco do Estado de São Paulo. Os homens que apresentam o Executivo na SUMOC têm responsabilidades enormes na vida nacional, movimento todo o sistema bancário brasileiro. Se se diz, no Parlamento, que a ação desses homens é condenável, é preciso que se esclareça por que. Os Bancos de atividades privadas — e assim se consideram mesmo os constituídos de capitais de Estados da Federação, tenho a certeza, só podem criar agências em função determinada do seu capital e do número de agências já existentes. Pergunto a V. Exa., para esclarecimento do Senado, se os princípios que regulamentam e regulam a espécie, foram violados pela SUMOC, no caso do requerimento do Banco do Estado de São Paulo, pedindo a criação de Agências no Nordeste. V. Exa. deve, responder a esse pedido de esclarecimento que não é só meu, mas do Senado e da Nação, de vez que V. Exa. faz acusação gravíssima aos homens que mobilizam e dirigem todo o sistema bancário brasileiro.

O SR. MENDONÇA CLARK — Respondendo com a melhor boa vontade ao aparte de V. Exa. Digo que esses homens agiram e agem de modo que considero grave com relação à economia do Nordeste, impedindo a criação de Agências. É muito simples: o Banco do Estado de São Paulo tem o capital de mais de trinta bilhões de cruzeiros, suficiente para abrir Agências e muitas, não só nas Capitais dos Estados nordestinos, mas também do Norte, principalmente em face da última reforma Souza Dantas, que para incentivar a criação dessas Agências reduziu o capital para os Estados menos providos, de crédito da União. De acordo com esse raciocínio eu digo que não é da SUMOC propriamente, mas do Governo a responsabilidade. Um detalhe que considero desfavorável ao Nordeste, porque se prende a uma parte técnica; exigia-se do Ban-

co do Estado de São Paulo, para abrir qualquer agência no Nordeste, que depositasse na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil, a importância de um milhão de cruzeiros. E adiantou-se que enquanto não fosse cumprida essa exigência, de acordo com os regulamentos ou leis, o Banco não poderia, mais abrir Agências no Nordeste. Então, um Banco que tem trinta bilhões de cruzeiros e que queira favorecer o Nordeste, abrindo Agências, financiando a cinco ou mais anos de maneira a permitir ao Nordeste condições melhores de vida, fica um ou dois anos discutindo detalhes técnicos, quanto ao emprêgo de um milhão de cruzeiros? No entanto, quantas agências de Bancos particulares, e agências particulares são abertas no Estado de São Paulo? Somente em São Paulo, em determinada ocasião foram criadas dez Agências bancárias.

Assim, nobre Senador Gaspar Velloso, considero que, quando se trata da vida de vinte milhões de brasileiros, da sua melhoria de vida, de tudo o que se diz no jornal que tenho em mãos, — melhoria de vida acabar com o desnível econômico e fazer reuniões e promessas — eu considero até mesmo criminoso continuar-se a discutir eternamente — e se continuará a discutir, daqui por diante, se a situação não mudar a partir de 31 de janeiro.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Era o que eu queria ouvir de V. Exa.: se a SUMOC está demorando na concessão das Agências solicitadas pelo Banco do Estado de São Paulo, não é por arbitrio dos seus dirigentes...

O SR. MENDONÇA CLARK — Por arbitrio do Senhor Ministro da Fazenda e do Governo Federal, enfim de quem faz a política.

O Sr. Gaspar Velloso — Não é arbitrio do Senhor Ministro da Fazenda, é apenas o cumprimento de leis e de regulamentos que disciplinam a espécie. E assim, a quem V. Exa. havia de atacar no caso? Não seria aos homens que aplicam, rigorosamente, as leis votadas em benefício do Poder Público...

O SR. MENDONÇA CLARK — Do Poder Público?

O Sr. Gaspar Velloso — Do Poder Público. E vou explicar por quê. Saiba V. Exa., e não pode ignorá-lo, como industrial e comerciante que é, o que foi, há cinco ou seis anos, e sobretudo que de resultados nefastos trouxe à Nação, a criação indiscriminada de bancos e agências por todo o País...

O SR. MENDONÇA CLARK — Está V. Exa. confundindo o Banco do Estado de São Paulo com outros estabelecimentos particulares que andam por aí, verdadeiros tamboretos.

O Sr. Gaspar Velloso — e que se entregaram a toda sorte de negociações. Muito justamente, se viu a SUMOC obrigada a pedir essas leis e esses Regulamentos exatamente contra esses bancos contra os quais V. Exa. se rebela.

O SR. MENDONÇA CLARK — O Banco do Estado de São Paulo é um estabelecimento bancário que goza de alto conceito no País.

O Sr. Gaspar Velloso — Não ponho em dúvida a idoneidade do Banco do Estado de São Paulo. Nem se trata do Banco do Estado de S. Paulo, neste instante; trata-se, apenas, de não se poder denegrir a honorabilidade dos homens que dirigem a SUMOC, porque estão aplicando justamente aquelas leis e aqueles Regulamentos ou fazendo essas exigências. Querida, neste aparte, apenas — e vos sa Excelência me desculpe — salienta que ao lado da ação nobilitante de V. Exa., ao defender os interesses do Nordeste, merca das suas mais

caras necessidades, não se conspurcasse a honra de brasileiros ilustres que unicamente cumprem o seu dever.

O SR. MENDONÇA CLARK — Está V. Exa. indo muito adiante. Não falei da honorabilidade de quem quer que fosse.

O Sr. Gaspar Velloso — Se os processos são condenáveis...

O SR. MENDONÇA CLARK — São condenáveis pela falta de compreensão da necessidade de se permitir a instalação desses bancos no Nordeste, para o financiamento de sua produção. Não se trata da falta de honestidade. Ninguém pôs dinheiro no bolso; ninguém fez qualquer negócio escabroso. Os funcionários da SUMOC são homens altamente qualificados, mas apenas altos funcionários. Nada mandam. É um órgão dirigido pelo Governo. E o Governo tem traçada sua política, que evita que bancos, como o do Estado de São Paulo, venham a auxiliar, efetivamente, ao amonense, ao paraense, ao piauiense, enfim, financiar produção a longo prazo, porque não existe, no Nordeste, a não ser no Norte, quem ofereça financiamentos a longo prazo. Quando muito, vão a seis, oito ou dez meses, e olhe lá!

O Sr. Gaspar Velloso — Estou de pleno acordo com V. Exa., no desenrolar do discurso que, tão brilhantemente, está pronunciando nesta Casa, em defesa da economia da Região Sertanista. Estou satisfeito, também, porque meu aparte teve o condão de repor as coisas no seu legítimo lugar. Continuará V. Exa. a defender seu ponto de vista, louvável e regional, em relação ao Nordeste. Continuará V. Exa. defendendo que se modifiquem as Leis e os Regulamentos que disciplinam a espécie. E afirmou — aqui reside a grande virtude do aparte que tive a honra de apresentar a V. Exa. — que não fazia referências desairosas aos homens que dirigem a SUMOC.

O SR. MENDONÇA CLARK — Absolutamente! Equivocou-se V. Excelência ao ouvir minhas palavras. Eu disse, apenas, que os métodos, estes sim, eram condenáveis. Não me referi à honestidade ou não de quem os pratica. Condenava o fato de, para o Nordeste, que precisa de auxílio negar-se esse apoio, pois na verdade quando se quer auxiliá-lo de fato, invocam-se Leis e Regulamentos que impedem esse auxílio. Quer dizer, não há facilidades.

O Sr. Gaspar Velloso — Se Vossa Excelência nos tivesse dado estas explicações ao empregar o termo "condenável", agora acrescentado aquelas palavras, eu não teria tido a honra e o prazer de apartar-lo!

O SR. MENDONÇA CLARK — Poderia, também, a esta altura, nada acrescentar a palavra condenável, somente para ter o prazer de continuar a ouvir V. Exa.

O Sr. Gaspar Velloso — Muito obrigado.

O SR. MENDONÇA CLARK — O nobre colega entretanto foi malicioso comigo, quando quis interpretar a palavra "condenável", procurando me intrigar ou pretendendo dizer que eu houvesse inquinado de desonestidade aos homens que dirigem a SUMOC.

O Sr. Gaspar Velloso — Não, absolutamente! Dei a V. Exa., como seu amigo, ex-correligionário e companheiro de Escola Superior de Guerra, a oportunidade de explicar o que queria dizer, para evitar que outros, maliciosamente, estes sim, interpretassem mal as palavras de V. Exa.

O SR. MENDONÇA CLARK — Diante das palavras de V. Exa., só tenho a agradecer-lhe a intervenção, pois permitiu ficasse suficientemente explicado o motivo do meu aparte e a minha intenção.

Continuando, Sr. Presidente, vamos ver que, sem quebra das leis e dos regulamentos vigentes, sem quebra de qualquer favor pessoal ao Nordeste, mudada nossa situação federal, o Banco do Estado de São Paulo, já agora com recomendações do Ciclo de Estudos do Centro XXII de Agosto e outras conferências de São Paulo, vai se difundir pelo Nordeste, para efetivamente propiciar financiamento à produção e ao seu escoamento para o Sul, beneficiando aos consumidores de outra forma incapazes de adquirir o excesso de produção do Nordeste.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. mais um aparte para esclarecimento. Não sei se estou certo, mas pelo discurso de V. Exa., compreendo que o exigido ao Banco do Estado de São Paulo, é o depósito no Banco do Brasil daquela parcela a que os Bancos estão obrigados, sobre o excesso dos depósitos.

O SR. MENDONÇA CLARK — De modo algum, sobre isso o Banco do Estado de São Paulo está inteiramente a coberto.

O Sr. Gaspar Velloso — Se fôs isso, a SUMOC está certa, porque esses depósitos no Banco do Brasil têm caráter inflacionário. V. Exa., como homem do comércio e da indústria não o ignora.

O SR. MENDONÇA CLARK — Mais uma vez V. Exa. está supondo.

O Sr. Gaspar Velloso — So posso supor, porque V. Exa. não afirma nada.

O SR. MENDONÇA CLARK — Mais uma vez V. Exa. está querendo criar caso com o Banco do Estado de São Paulo e justificar por que o Nordeste até agora não recebe ajuda do Banco do Brasil. V. Exa. que é homem inteligente e muito capaz...

O Sr. Gaspar Velloso — Obrigado a V. Exa.

O SR. MENDONÇA CLARK — ...e, na função de vice-líder, querendo defender uma causa indefensável, de uma situação que facilmente temos poucos dias para supor, de modo que estou feliz com o aparte de V. Exa. para demonstrar que dá, de graça, a ideia de uma coisa que não tem defesa.

O SR. MENDONÇA CLARK — Sr. Presidente, Senhores Senadores, diz o artigo e dizem as resoluções que a SUDENE deve ser dada ampla e restrito apoio, porque é dirigida por um homem capaz e possui um Conselho do qual fazem parte os Governadores de Estado e representantes de Ministérios. Sabe V. Exa. que no meu Estado, por exemplo, no Plano Diretor da SUDENE, o representante do Governador abriu mão, sem luta — pelo menos que seja do meu conhecimento — da construção do Porto de Luiz Correia! Imagine V. Exa. que o Piauí, em 1880, trocou dois de seus municípios importantes com o Ceará por uma faixa de cinquenta quilômetros de areia, simplesmente para ter litoral, para receber mercadorias pela via marítima, para poder escoar seus principais produtos e, inclusive os do norte do Estado de Goiás, e de certa parte do Maranhão.

Pois, bem, o representante do Governador do Piauí aceitou considerar o Porto de Luiz Correia como secundário!

Diz a recomendação que devemos aceitar o Plano diretor como está formulado, sem discussão, porque o representante do meu Estado faz parte do Conselho da SUDENE.

Estou pronto a reconhecer — digo e repito — a SUDENE como órgão de planejamento, como órgão coordenador, mas não como super-ministério, que nos tira, a nós, representantes dos Estados, o direito de divergir da opinião do Governador do Estado participante do Conselho, em defesa de outros pontos de vista, e nos obriga

a abandonar uma velha aspiração piaulense. Não podemos divergir nem mesmo do Diretor da SUDENE ou de qualquer outro elemento técnico.

Sr. Presidente, enquanto não organizarmos a navegação marítima na imensa costa que possuímos, enquanto não tivermos a coragem de enfrentar as leis trabalhistas de cabotagem, de armazenagem, de estiva etc. que multiplicam as capatacias de vinte ou trinta vezes onerando a navegação, não teremos circulação da riqueza e, portanto, produção barata no Brasil.

E se viermos a aumentar a produção ao nível que precisamos, para reduzir o custo de vida, para termos divisas no exterior, veremos nossas estradas coalhadas de caminhões, consumindo produtos de petróleo que, temos certeza, não encontraremos em nosso subsolo em quantidade suficiente para atender ao crescimento da demanda de combustível.

Precisamos ter portos e navegação aparelhados, e por isso não concordo em que se queira dar a impressão de que o que a SUDENE resolver fazer, mesmo com o beneplácito dos governadores de Estado, deve merecer a concordância dos representantes no Senado e na Câmara.

Não quero com isso dizer que muitas coisas — vista constante do plano da SUDENE — não sejam justas e aceitáveis. Insubordinando, porém, contra a tentativa de se criar superministério com o nome de SUDENE, para agir no Nordeste.

Com estes comentários, faço votos para que o resultado das conferências do Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste, realizado em São Paulo, constitua o princípio de uma política mais compreensiva para com o Nordeste: mas aavisto os homens de boa fé do Estado bandeirante para o fato de que, na prática, a situação do Norte e Nordeste é muito diferente das teorias de gabinetes paulistas.

Os homens que vivem no Nordeste são obrigados a enfrentar situações locais que não estão nos livros nem nos tratados.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os tambores) — Ponho ao nobre Senador Mendonça Clark que estão inscritos vários oradores para comunicações de natureza urgente. Estando esgotado o seu tempo a Presidência concede a V. Exa. mais alguns minutos para terminar suas considerações.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço ao apelo de V. Exa., Sr. Presidente.

Os homens de São Paulo e outros que para lá foram devem compreender que os problemas regionais nos Estados nordestinos devem ser resolvidos tendo em vista a situação dos homens, mulheres e crianças que neles vivem. Procuram solucionar o problema humano dessas populações e não se esqueçam de que, em primeiro lugar, devemos valorizar o homem, garantindo-lhe a sobrevivência, para depois, ou simultaneamente se possível, implantar a indústria e aumentar mais rapidamente a sua riqueza. Nunca olvidar, repito, o elemento homem que a meu ver, é o único que realmente vale e precisa ser cuidado no Brasil. (Muito bem; Muito bem; Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo fazer breve exposição a respeito de obras rodoviárias que estão sendo construídas no Estado do Espírito Santo, depois de pequeno percurso que fiz e de rápida estada na unidade da Federação que tenho a honra de representar no Senado Federal.

Fiz várias críticas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a respeito da morosidade das obras rodoviárias no Estado do Espírito Santo, e alguns elogios às atividades ali desenvolvidas pelo mesmo órgão governamental.

Numa das minhas últimas exposições ao Senado Federal, tive ensejo de demonstrar que o trecho da BR-5, entre Campos e a divisa do Espírito Santo, na localidade de Santa Cruz, está totalmente abandonado, depois do serviço de terraplenagem que o D.N.E.R. fez, cumprindo as diretrizes do Governo e atendendo aos reclamos de todos aqueles que residem na região que abastece o Estado da Guanabara.

Percorri agora a BR-31, entre Vitória e Marechal Floriano, tendo a alegria de verificar que a empreiteira cumpriu o contrato firmado com o D.N.E.R., atendendo ao trecho mais difícil das rodovias construídas pelo atual Governo, entre Viana e Venda Nova, que constitui o trecho mais caro das estradas construídas no Brasil, dada a ocorrência de acidentes geográficos, dificuldades inúmeras, como rochas transpostas pelos empreiteiros em vários cortes, onerando o custo da obra, atendendo todavia a uma região que beneficiará não só o Estado do Espírito Santo, como os Estados do Rio de Janeiro, Guanabara e Minas Gerais.

A BR-31 é uma estrada que cortará o Espírito Santo pela parte central, atravessando todo o Estado e atingindo Minas Gerais nas zonas de Manhuçu e de Manhumirim, indo a Belo Horizonte e dirigindo-se para Mato Grosso. Essa estrada será entregue pronta quanto ao serviço de terraplenagem no próximo dia 14 de fevereiro. Nos trechos de Vitória, Viana e Marechal Floriano — talvez o mais difícil permitindo, em consequência, que o futuro Governo atenda a conclusão da obra em breve prazo e consigne no Orçamento da União uma verba destinada ao asfaltamento desse trecho, bem como em ouro na região de Cachoeira do Itapemirim e Guacuí, atingindo Minas Gerais na região de Carangola.

O Sr. Afonso Arinos — Muito bem. Assim, será beneficiado o Estado do Espírito Santo em uma rica região que esperamos será atendida pelo Governo futuro como o foi pelo atual, região que abastecerá todo o sul do País, com gêneros de primeira necessidade, colaborando para a redução do custo de vida.

Tramita, na Câmara dos Deputados, já com pareceres favoráveis, projeto de lei abrindo o crédito de cinco bilhões de cruzeiros para a conclusão dessa estrada e construção de outras, que atingirão as regiões de Colatina, São Francisco e parte de Governador Valadares, e outra de Linhares a Nova Venécia, atingindo a região de Teófilo Otoni; seria assim atendida uma região que faria o enriquecimento do Estado do Espírito Santo em benefício de toda a coletividade que reside naquele Estado e no de Minas Gerais, numa colaboração eficiente para o fortalecimento dos elos fraternais que devem unir os dois Estados da Federação, e em consequência eliminando as divergências que resultem de questões lineares.

Louvo, portanto, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Empreiteiro que está executando o trecho difícil da BR-31 atendendo aos interesses regionais e nacionais, em prol do bem-estar da coletividade brasileira.

Consignando este elogio, solicito, também, o asfaltamento dos trechos já concluídos da BR-5 com relação ao norte do Estado, desde que a região do Paraná, aproximando Linhares da divisa do Estado da Bahia. Espero que o Governo futuro conclua essas estradas de valor não só econômico como estratégico, para atender objetivo tantas vezes retardado, como

disse muitas vezes, não obstante determinar a Lei o regime de prioridade para a construção dessas BR.

Brá o que tinha a dizer: Sr. Presidente, agradecendo à Mesa a deferência da palavra. (Muito bem, muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Moura Andrade.

#### O SR. MOURA ANDRADE:

(Não foi revisto pelo orador) — Verifiquei, na Ordem do Dia de hoje, a inexistência, entre as matérias capituladas, do parecer da Comissão de Finações sobre a Mensagem nº 41, cuja votação se processou ontem e que hoje deveria constar em continuação da votação.

Nos termos dos Artigos 177 e 178 do Regimento Interno, peço o pronunciamento de V. Exa. sobre a matéria.

#### O SR. PRESIDENTE:

A Mesa, embora reconhecendo certa a procedência da reclamação de V. Exa., não pode atendê-la de pronto. Entretanto, promete fazer incluir em próxima Ordem do Dia a matéria a que V. Exa. se refere.

O SR. MOURA ANDRADE — Muito obrigado a V. Exa.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos.

#### O SR. SAULO RAMOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, há tempos ocupei a tribuna para denunciar a eclosão de novo surto da peste suína, zoonose letal em Brasília e Tecel, na ocasião, considerando o enorme prejuízo causado por essa moléstia infecto-contagiosa produzida por um vírus infiltrável que, em 1946, arrasou a suinocultura nacional, paralisando a indústria frigorífica do país. No meu Estado, onde a suinocultura é a mais modelar, a mais moderna e ampla, os rebanhos suínos são criados de modo intensivo e extensivo e os frigoríficos de Santa Catarina os transportava por via aérea, e para abastecer os grandes centros nacionais consumidores.

Com a paralisação da indústria frigorífica, os prejuízos foram incalculáveis e a comida importada, alimento essencial para o povo brasileiro, adquiriu naquela época, elevadíssimo preço.

Apesar do pronunciamento que faz essa tribuna e as críticas ao Ministério da Agricultura, através dos seus técnicos, nenhuma prevenção, em relação à eclosão da zoonose em Brasília, foi tomada, nem mesmo a vacinação ou importação de vacinas foi feita para combater os focos da moléstia, os rebanhos de Brasília foram totalmente afetados e o mal está atingindo não só o Estado de Goiás mas vários outros da Federação. O simples comunicado que fiz desta tribuna, apelado para que os poderes públicos organizassem barreiras sanitárias inter-estaduais e municipais, fez com que os homens da produção rural, diretores de cooperativas, homens da indústria me dirigissem telegramas e ofícios, solicitando que, junto às autoridades constituídas, providenciasse a distribuição em larga escala de vacinas, para evitar os mesmos prejuízos causados por essa moléstia em 1946.

Sr. Presidente, estamos no fim do atual Governo. Resta-me apenas, em atendimento aos pedidos que me foram dirigidos, formular veemente apelo às autoridades federais, estaduais e municipais, para que adotem as providências sanitárias e profiláticas cabíveis, principalmente a va-



cinção obrigatória e intensiva de todo o rebanho nacional. Só dessa maneira poderemos evitar catástrofe idêntica à de 1948, que causou prejuízos extraordinários à suinocultura nacional.

Se, neste momento as autoridades se mantiverem indiferentes, a situação do País será agravada. A banha é elemento essencial na mesa do povo brasileiro, deste povo que ora suporta os efeitos de terrível inflação, causa principal dos desajustamentos no seio da família brasileira. (Muito bem! muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.)

É lido e deferido o seguinte

#### Requerimento n. 44, de 1961

Solicito a V. Exa. providências no sentido de serem retificados os meus pedidos de informações constantes dos Requerimentos ns. 374, 464, 466, 467 e 503, todos de 1960, os quais, até a data presente, não foram respondidos. Senado Federal, em 26 de janeiro de 1961. — João Villasboas.

#### O SR. PRESIDENTE:

A mesa tomará as necessárias providências.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1960 (número 1.822, de 1956, na Câmara) que concede a Aurora Braga da Silva pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais, tendo: Pareceres favoráveis, sob ns. 12 e 13, de 1961, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. O projeto vai à sanção.

É o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 1960

(Nº 1.822-C, de 1956, na Câmara dos Deputados)

*Concede a Aurora Braga da Silva pensão especial de Cr\$ 3.000,00.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida pensão especial mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) a Aurora Braga da Silva, viúva de Godofredo Bastos da Silva, ex-agente de terceira classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2º A pensão correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1960 (nº 4.708, de 1958, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer às despesas com as comemorações do 1 Centenário de Fundação do Município de Russas, tendo: Parecer favorável sob nº 14, de 1961, da Comissão de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. O projeto vai à sanção.

É o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 1960

(Nº 4.708-B, de 1958, na Câmara dos Deputados)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer às despesas com as comemorações do 1 Centenário de Fundação do Município de Russas.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Russas, nas comemorações do 1º centenário de fundação desse município, no Estado do Ceará, transcorrido a 6 de agosto de 1959.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1960 (nº 3.670, de 1958, na Câmara) que cria uma Coletoria Federal no Município de Vicência, Estado de Pernambuco e dá outras providências, tendo: Pareceres favoráveis, sob ns. 15 e 16, de 1961, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Na falta de quem use da palavra, encerro a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. O projeto vai à sanção.

É o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 1960

(Nº 3.670-S, de 1958, na Câmara)

*Cria uma Coletoria Federal no município de Vicência, Estado de Pernambuco e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada uma Coletoria Federal no município de Vicência, Estado de Pernambuco.

Art. 2º O Ministério da Fazenda proverá a referida Coletoria Federal com o pessoal indispensável à execução de seus trabalhos.

Art. 3º Para atender às despesas de custeio e investimentos, decorrentes da execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil cruzeiros) assim discriminado:

Custeio:	Cr\$
Material de Consumo e de transformação . . . . .	10.000,00
Material Permanente . . . . .	180.000,00
Serviços de Terceiros . . . . .	70.000,00
Encargos Diversos . . . . .	3.000,00
Investimentos:	
Equipamentos e instalações . . . . .	70.000,00

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1961 (número 2.566, de 1961, da Câmara) que cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento dos Senhores Senadores Ari Viana e Jefferson de Aguiar), tendo: Parecer favorável das Comissões de Educação e Cultura, de Serviço Público Civil e de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Pego a palavra, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o Governo do Espírito Santo e a representação federal de meu Estado, na Câmara dos Deputados e no Senado, adotaram todas as providências para o Senhor Presidente da República remetesse ao Congresso Nacional a Mensagem que acompanhou o Projeto ora em debate, em decorrência de interesses relevantes, atinentes à adoção da medida legislativa a ser aprovada pelo Senado, em última instância.

Quando da criação das Faculdades de Direito, de Engenharia, de Odontologia e Farmácia do Espírito Santo, e, recentemente, da de Medicina, os jovens do meu Estado verificaram que mais se poderia fazer pelo ensino e cultura dos espiritosantenses, com a criação e a instalação de nossa Universidade, medida já adotada pelo Governo Federal com relação a várias unidades da Federação Brasileira.

Dai o interesse de todos aqueles que representam o Espírito Santo em torno da proposição, que virá atender aos reclamos de quantos necessitam do ensino a ser ministrado pela futura Universidade.

Será, portanto, medida de interesse geral, cuja iniciativa coube ao Governador Juscelino Kubitschek, e que virá beneficiar um Estado da Federação que contribui para o progresso nacional com grande contingente de esforço e trabalho.

Sr. Presidente, em nome da representação do meu Estado no Senado Federal, dirijo a todos os ilustres companheiros cordial agradecimento pela próxima aprovação deste Projeto, transmitindo-lhes também os sentimentos de gratidão do povo espiritosantense, extensivo ao Senhor Presidente da República e ao meu grande amigo, Dr. Clóvis Salgado. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa).

Nenhum outro Senhor Senador desejando discutir a matéria, encerro a discussão.

#### Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto vai à sanção.

É o seguinte

#### Projeto de Lei da Câmara n. 22, de 1961

*Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências.*

Art. 1º É criada a Universidade do Espírito Santo (U. E. S.), com sede em Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, e integrada no Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior, incluída na categoria constante do item I, do artigo 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1960.

Parágrafo único. A U. E. S. terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2º A U. E. S. compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Faculdade de Direito do Espírito Santo (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1960);
- Escola Politécnica do Espírito Santo (Decreto nº 40.544, de 11 de dezembro de 1956);
- Faculdade de Ciências Econômicas do Espírito Santo (Decreto número 34.795, de 22 de maio de 1958);
- Escola de Belas Artes do Espírito Santo (Decreto nº 40.065, de 3 de outubro de 1956);
- Faculdade de Odontologia do Espírito Santo (Decreto nº 31.866, de 28 de novembro de 1952);
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (Decreto nº 39.815, de 20 de agosto de 1956);
- Faculdade de Medicina do Espírito Santo.
- Escola de Educação Física, criada pela Lei nº 89, de 24-9-33.

§ 1º As Faculdades e Escolas, mencionadas neste artigo passam a denominar-se, respectivamente: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Belas Artes, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Medicina da Universidade do Espírito Santo e Escola de Educação Física.

§ 2º A agregação à U. E. S. de outro curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo Federal, e assim a desagregação.

Art. 3º O patrimônio da U. E. S. será formado pelos:

- bens, móveis e imóveis, e instalações ora utilizados pelos estabelecimentos, aludidos no artigo anterior e que lhe serão transferidos nos termos desta lei;
- bens e direitos que adquirir ou que lhe sejam transferidos, na forma da lei;
- legados e doações legalmente aceitos; e
- saldos da receita própria e dos recursos orçamentários, ou outros que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação dos artigos referidos na alínea d deste artigo depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4º Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das dotações orçamentárias que lhes forem atribuídas pela União; das rendas patrimoniais; da receita de taxas escolares; de retribuição de atividades remuneradas de laboratórios; de doações, auxílios, subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa da U. E. S. constarão de seu orçamento; e a comprovação dos gastos se fará nos termos da legislação vigente, obrigados todos os depósitos em espécie no Banco do Brasil S. A., cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

Art. 5º Independentemente de qualquer indenização, serão incorporados ao patrimônio nacional, mediante escrituras públicas, todos os bens, móveis e imóveis, e direitos ora na posse ou utilizados pelas Faculdades e Escolas referidas no art. 2º.

Parágrafo único. Para a transferência dos bens mencionados neste art. é assegurado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.



Art. 6º E' assegurado o aproveitamento do pessoal administrativo e auxiliar técnico dos estabelecimentos mencionados no art. 2º em quadro extraordinário, a ser aprovado pelo Poder Executivo, não podendo os seus vencimentos exceder aos das atividades correspondentes no serviço público federal.

§ 1º Os professores das Faculdades e Escolas, referidas no art. 2º, não admitidos em caráter efetivo, na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

§ 2º Para o cumprimento do disposto neste artigo, a administração das Faculdades e Escolas de que se trata apresentarão à Diretoria do Ensino Superior relação nominal, acompanhada do currículo de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza de serviço que desempenham, a data de admissão e a remuneração.

§ 3º A expedição dos atos de nomeação decorrentes desta lei é condicionada ao registro, no Tribunal de Contas, das escrituras previstas no art. 5º.

Art. 7º Para a execução do que determina o art. 1º, é criado, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de Reintor, padrão 2-C.

Art. 8º Para a execução do disposto no art. 2º, são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos de Professor Catedrático: 28 (vinte e oito) para a Escola Politécnica (EP-UES-DESU); 23 (vinte e três) para a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UES-DESU); 24 (vinte e quatro) para a Escola de Belas Artes (EBA-UES-DESU); 17 (dezessete) para a Faculdade de Odontologia (FO-UES-DESU); 18 (dezoito) para a Faculdade de Medicina (FM-UES-DESU); e 16 (dezesseis) para a Escola de Educação Física (EEF-UES-DESU).

Art. 9º O provimento dos cargos de professor e auxiliares, para a Faculdade de Medicina, se fará à medida da progressão dos cursos.

Art. 10 São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, 26 (vinte e seis) funções gratificadas, sendo 7 (sete) de Diretor, 8 (oito) de Secretário e 8 (oito) de Chefe de Portaria, distribuídas igualmente pelos estabelecimentos federalizados por esta Lei e pela Reitoria, e com os valores fixados nos termos do artigo 12 da Lei n. 3.790, de 12 de julho de 1960.

Art. 11 Para o cumprimento das disposições desta Lei é autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, para a UES, do crédito especial de Cr\$ 148.318.000,00 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e dezoito mil cruzeiros) sendo Cr\$ 128.526.000,00 (cento e vinte e oito milhões, quinhentos e vinte e seis mil cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 8.592.000,00 (oito milhões, quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para material e Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para despesas de instalação.

Art. 12 O provimento efetivo dos cargos criados pelo art. 8º se fará por meio de concurso de títulos e de provas, realizados em estabelecimento congênere federal, a ser designado pela Diretoria do Ensino Superior, a esta cabendo a publicação dos editais dentro do prazo de três anos, a contar do primeiro provimento interino, e até que a Congregação disponha de base legal para a realização desse ato.

Art. 13 Para provimento, em caráter interino, de cátedras de novos cursos que foram instalados em qual-

quer escola integrante da Universidade, só poderão ser contratados Docentes livres, ou Professores Catedráticos das mesmas disciplinas ou disciplinas afins.

Art. 14 O Estatuto da U.E.S., que obedecerá à orientação dos das Universidades federais, será expedido pelo Poder Executivo, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data do atendimento do disposto no parágrafo 3º do art. 6º.

Art. 15 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Antes de encerrar a sessão, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária hoje, às 21 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 27 DE JANEIRO DE 1961

(SEXTA-FEIRA)

(Extraordinária, às 21 horas)

1 — Discussão única do Projeto de Resolução n.º 60, de 1960, que suspende a execução da letra d do art. 2º do Decreto n.º 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer n.º 470, de 1960).

2 — Discussão única do Projeto de Resolução n.º 61, de 1960, que suspende a execução da Lei n.º 1.027, de 1.º de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer n.º 471, de 1960).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos).

#### ATA DA 21ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 27 DE JANEIRO DE 1961

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. CUNHA MELLO.

As 21 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Vivaldo Lima — Sebastião Archer — Mendonça Clark — Mathias Olympio — Menezes Pimentel — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Antônio Ballar — Silvestre Pêrcles — Lourival Fontes — Heribaldo Vieira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Caiado de Castro — Afonso Arinos — Nogueira da Gama — Moura Andrade — Pedro Ludovico — Filinto Müller — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Saulo Ramus — Irineu Bornhausen — Guido Mondim (31).

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Mathias Olympio, Primeiro Suplente, servindo de Segundo Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. Novaes Filho, 4º Secretário, servindo de 1º Secretário, lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE

Pareceres ns. 48, 49, 50 e 51, de 1961

PARECER Nº 48 — 1961

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 19, de 1961, (Nº 2.521-60, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para atender as despesas de qualquer natureza com a transferência do pessoal daquele Tribunal para Brasília. Relator: Sr. Ary Vianna.

O presente projeto, de autoria da Ilustrada Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, funda-se na Mensagem nº 22, de 18 de outubro de 1960, do Presidente do Egrégio Tribunal Federal de Recursos e tem por objetivo a abertura do crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para atender as despesas de qualquer natureza com a transferência dessa Corte de Justiça para Brasília.

Trata-se de despesas devidamente discriminadas e, pela sua destinação, inadiáveis, razão por que nada temos a opor à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 27 de janeiro de 1961. — Gaspar Velloso, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Vivaldo Lima. — Menezes Pimentel. — Dix-Huit Rosado. — Saulo Ramus. — Caiado de Castro. — Guido Mondim. — Mem de Sá.

PARECER Nº 49, DE 1961

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1961 (Projeto de Lei nº 1.055-59, na Câmara dos Deputados), que aprova o Termo de Acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.

Relator: Sr. Eugênio de Barros

O presente projeto, originário do Poder Executivo, aprova o Termo do Acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de efetivação da reversão à União Federal, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Essa medida decorreu da rescisão por parte do Estado do Rio Grande do Sul do contrato de arrendamento da Rede, firmado em 17 de agosto de 1950, bem como de seu termo aditivo.

O Estado usa da opção que lhe assegurava o art. 12 da Lei nº 2.217, de 5 de junho de 1954, resolveu a rescisão em ato de 16 de setembro de 1957, por motivos julgados ponderáveis.

Pelo Termo de Acordo, de cuja aprovação trata o projeto que esta Comissão está examinando, o pessoal da Rede incorporada a Rede Ferroviária Federal S.A., passará a ter todas as vantagens e direitos assegurados aos demais ferroviários brasileiros, já pertencentes a esta última entidade.

Para fazer face às despesas resultantes dessa situação, o Projeto autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, um crédito especial até o limite de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) a ser registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas com posterior distribuição ao Tesouro Nacional.

Tratando-se, como se trata de aprovação de ato firmado pela União, com base em contratos que facultam

as medidas postas em prática pelos Poderes Públicos, Federal e Estadual, esta Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas é de parecer que o projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, em 27 de janeiro de 1961. — Francisco Gallotti, Presidente. — Eugênio Barros, Relator. — Ary Vianna.

PARECER Nº 50, DE 1961

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1961 (na Câmara nº 1.055, de 1959).

Relator: Sr. Mem de Sá

O presente projeto, oriundo do Poder Executivo e que está devidamente justificado na Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Viação que acompanha a Mensagem enviada ao Congresso, aprova o termo de Acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

II. Sobre o mérito da Proposição já se pronunciou, aliás favoravelmente, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, quanto ao seu aspecto financeiro, falará a de Finanças.

III. A parte que nos cumpre examinar está no parágrafo único do artigo 1º, pelo qual se manda estender aos servidores públicos ferroviários do Rio Grande do Sul todos os direitos e vantagens assegurados aos demais ferroviários brasileiros incorporados à Rede Ferroviária S.A., inclusive os novos níveis salariais e abono-família fixados na Lei nº 3.790, de 23 de novembro de 1950, desde que superiores aos vigentes na Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

A providência, como se verifica, é justa e perfeitamente cabível, reverterdo a ferrovia à União, não é que os seus servidores devam ficar na mesma situação dos demais, da Rede Ferroviária S.A.

IV. Ante o exposto, semes pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 27 de janeiro de 1961. — Jarbas Maranhão, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Ary Vianna. — Caiado de Castro. — Guido Mondim. — Nelson Maculan.

PARECER Nº 51, DE 1961

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1961 (nº 1.055-59, na Câmara).

Relator: Sr. Dix-Huit Rosado.

O presente projeto, de lei, de iniciativa do Poder Executivo, visa a aprovar o Termo de Acordo sobre as condições de reversão à União Federal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e da liquidação dos direitos e obrigações resultantes do contrato de arrendamento de 17 de agosto de 1950 e seu aditivo, firmado em 22 de maio de 1959 entre o governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul.

Em decorrência desta medida, estabelece o projeto, como providência de ordem administrativa, que todos os direitos e vantagens assegurados aos ferroviários do país incorporados à Rede Ferroviária S.A., ficam extensivos aos servidores públicos ferroviários do Rio Grande do Sul.

Para atender às despesas resultantes da execução desta lei no presente exercício, determina, ainda a proposição, que o Poder Executivo tenha autorizado a abrir o crédito especial até o limite de um bilhão de cruzeiros, o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Como é sabido, o mencionado Termo de Acordo foi assinado entre o governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul com a intervenção da Rede Ferroviária Federal S.A.

O Governo daquele Estado, por ato de 16 de setembro de 1957, usando da opção que lhe assegurou o art. 12 da Lei nº 2.217, de 5 de junho de 1954, declarou rescindido o contrato de arrendamento de 17 de agosto de 1950 a que se refere o Termo de Acôrdio.

Como a cláusula XXII do Termo de Acôrdio, lavrado "ad referendum" dos poderes legislativos da União e do Estado do Rio Grande do Sul, determina que o mesmo entrará em vigor na data da publicação da Lei Federal que o aprovar, o Chefe do Governo encaminhou o projeto de Lei em apêço, como providência indispensável à sua aprovação.

O projeto decorre de imperativo legal e as medidas financeiras contidas no seu art. 2º são imprescindíveis ao seu cumprimento.

Nestas condições, a Comissão de Finanças é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 27 de janeiro de 1961. — Gaspar Veloso, Presidente — Dix-Huit Rosado, Relator — Vivaldo Lima — Menezes Pimentel — Irineu Bornhausen — Saulo Ramos — Ary Vianua — Caiado de Castro — Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Antônio Baltar orador inscrito.

#### O SR. ANTONIO BALTAR:

(Não foi texto pelo orador) Senhor Presidente e Srs. Senadores, ocupei, há dias, a tribuna desta Casa, para me referir à interpretação que dá a atual conjuntura econômica brasileira aqueles economistas já tantas vezes aqui citados, que não somente repudiavam as idéias daquela corrente que se convencionou chamar de nacionalista, mas a essas idéias se opõem, com veemência prática e teórica ou doutrinária.

Naquele momento, conforme declarei, não tinha em mãos, para comentar precisamente, um artigo do ilustre Sr. Roberto de Oliveira Campos, que é um dos economistas desta corrente, não tinha em mãos, repito, dados numéricos, aos quais me referi de memória, criticando a tese de Sua Excelência, de que uma remessa de juros "royalties" e juros para o estrangeiro, da ordem de seis por cento, não era significativa e podia muito bem ser tolerada pela economia nacional.

Referi-me, então, à diferença do andamento substancial que se obteria no progresso da renda nacional se se conseguisse para argumentar, reduzir da metade, por uma legislação impositiva liberal do que a que temos no momento, essa remessa da parte substancial da renda nacional, que vai crescer a economia e a riqueza de outros países.

Desejo agora, Sr. Presidente, senhores Senadores, reportar-me, com os menores a essa diferença de andamento no progresso da economia brasileira, se conseguíssemos esse resultado.

Tenho em mãos, agora, números das tabelas de matemática financeira, a que, da outra vez, fiz referência. Por esses números observa-se em quanto um crescimento de 5% capitalizado, ou seja, acumulado ou composto, para usar a linguagem da matemática elementar, cobre um capital inicial, duplica-o em 15 anos, a 8% que seria a taxa de crescimento do produto nacional bruto, se conseguíssemos reduzir da metade os 6%, que o Sr. Roberto Campos declara ser o montante da remessa para o estrangeiro. Essa duplicação da renda nacional verificaria em 9 anos.

Vêm V. Ex.ª como se faria uma economia de seis anos para atingir os

mesmos objetivos econômicos. Em outros termos: nós, que temos atualmente uma renda nacional per capita da ordem de 260 dólares por ano, poderíamos atingir o dobro, isto é, 520 dólares por ano, que já nos colocaria numa categoria diferente do ponto de vista do desenvolvimento econômico, em 9 anos, ao invés de 15.

O Sr. Guido Mondim — Renda ainda considerada de miséria, porque até 500 dólares per capita é renda de país subdesenvolvido.

O SR. ANTONIO BALTAR — Perfeitamente, mas já estaríamos com uma renda de 520 dólares per capita, superando a infima situação em que nos encontramos face ao demais países do mundo, do ponto de vista econômico.

Sabemos que, a renda nacional, no Brasil, é mal distribuída. Ela se concentra em benefício de determinadas categorias sociais com uma falta de equidade ainda maior do que a que ocorre em países mais desenvolvidos se compararmos, por exemplo, a parcela referente a salários. Veremos que a escala de salários no Brasil, como aliás nos países subdesenvolvidos em geral, comporta entre menor e maior salário conhecido, um múltiplo extremamente mais elevado que no Brasil, de 20 a 22; e países como a Suécia, de alto desenvolvimento social, o salário pago é 7 vezes maior do que o menor salário que se recebe.

Sabendo, digo eu, como mais dispersa é a distribuição da renda nacional, em países subdesenvolvidos, verifica-se que a possibilidade de acelerar a multiplicação da renda nacional é algo extremamente substancial, porque significa, para imensas camadas da população sair dos níveis infra-humanos de existência em que ainda hoje vegetam, para níveis onde, pelo menos, as necessidades humanas essenciais são atendidas: alimentação adequada e suficiente, roupa.

O Sr. Guido Mondim — Teto.

O Sr. Antônio Baltar — ... Instrução, ao menos primária, fatores infimos que as consciências bem formadas admitem devam estar presentes na vida de cada homem sem exceção, para triplicar a renda nacional e assim atingirmos a níveis mais afastados daqueles a que muito bem se referia há pouco o nobre Senador Guido Mondim, considerados de miséria. Nas duas hipóteses formuladas, os períodos seriam de vinte e três e quinze anos: quer dizer, aí já se faria uma economia de oito anos e, atingirmos os mesmos resultados, quase uma dezena de anos antes que na hipótese do crescimento atual.

Mas, Sr. Presidente e Senhores Senadores, como muito bem salientou em apêço ao meu último discurso, o nobre Senador Mem de Sá, trata-se apenas de uma hipótese abstrata, teórica, puramente financeira, que se destina, apenas, a documentar, com números, a afirmativa de que não é desprezível a remessa de seis por cento anual do produto do trabalho da economia brasileira para o estrangeiro, a título de juros, royalties e lucros.

Sei muito bem — seria imperdoável que não o soubesse — que as relações internacionais, sobretudo quanto a situação de necessidade do capital estrangeiro em que ainda nos encontramos, não podem ser encaradas com tal simplicidade. Versou nesse sentido, aliás, o apêço que me ofereceu — com muita honra para mim — o nobre Senador Mem de Sá. Sei que temos e teremos ainda, por muito tempo, necessidade de um afluxo substancial de capital estrangeiro, para que possamos desenvolver nossa economia, uma vez que nossas possibilidades de exportação, nas atuais conjunturas dos diferentes mercados com os quais temos relações, não nos permitem volume anual de divisas suficiente para importarmos os crescen-

tes de bens de capital de que necessitamos para desenvolver nossa economia.

Na noite de hoje, o que desejo salientar é que não devemos, ao menos, ideologicamente, doutrinariamente, do ponto de vista estritamente econômico, fixar-nos demasiadamente nessas perspectivas ou idéias, de que somente à custa de importação de capital estrangeiro poderemos aumentar nossos bens de capital.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um apêço?

O SR. ANTONIO BALTAR — Com muito prazer!

O Sr. Mem de Sá — Provavelmente, V. Ex.ª conhece o depoimento prestado, pelo economista Osório de Almeida, perante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Na ocasião, apresentou um depoimento muito curioso, porque baseado em estatísticas financeiras, sobre as possibilidades do desenvolvimento, através do incremento de exportações. Mostrava precisamente através da correlação entre renda, importação e exportação, os tetos que o Brasil deveria atingir, aumentando sua exportação para obter esse resultado, sem necessidade ou dependência do afluxo de capitais estrangeiros. E, aliás, o caminho de outros povos, como os da Nova Zelândia e da Austrália.

O SR. ANTONIO BALTAR — Vossa Excelência antecipou uma das fases do meu discurso.

O Sr. Mem de Sá — Então, peço perdão a V. Ex.ª.

O SR. ANTONIO BALTAR — Não! Com muito prazer para mim, porque o fez não só com a clareza que lhe é habitual, como documentou o depoimento de Osório de Almeida, realmente um notável economista.

O Sr. Mem de Sá — E que o fez com documentação magnífica!

O SR. ANTONIO BALTAR — E, realmente, uma possibilidade que se abre a qualquer povo subdesenvolvido de crescer seu capital social e, por consequência, de aumentar os meios de produção e daí conseguir alta constante e segura do produto nacional; aumentar o fluxo de exportação, através do qual pode, em contra-partida, receber maior volume de bens importados. Nessa importação, porém, deve ser feita a mais rigorosa seleção, estabelecendo-se critério de prioridade que assegure, realmente, aumento de capital sem que se importem, necessariamente, bens de consumo. A importação assim realizada será uma das válvulas, através da qual a economia se expandirá.

Cumpramos, porém, o cuidado de ponderar uma circunstância: seria muito fácil ao Brasil estabelecer política de exportação, digamos, descuidada, sem se prevenir contra determinados interesses de grandes combinações financeiras internacionais, contrários aos nossos. Dessa forma, alcançaríamos resultado deplorável para o Brasil, do ponto de vista econômico.

Referi-me, Sr. Presidente, a determinadas riquezas, sobretudo as minerais, como o manganês e o tório, em relação às quais é mister adotarmos política que balanceie nossas necessidades futuras, dentro de um programa tecnológico no qual temos de acreditar, sob pena de não acreditarmos no Brasil. Se, ao contrário, seguirmos a política que chamo de descuidada, para não empregar expressão mais forte, não defenderemos, na realidade, os interesses nacionais, muito embora estejamos usando dessa autêntica e legítima válvula de exportação.

E para esse problema que nós, nacionalistas, temos os olhos bem abertos e queremos que também os tenham os brasileiros de boa-fé, mesmo os que não se filiam à nossa corrente.

O Sr. Mem de Sá — A defesa do mineral estratégico deve ser constante, a bem da segurança nacional.

O SR. ANTONIO BALTA — Vossa Ex.ª tem toda razão e, a esse respeito, as Forças Armadas já tomaram, através do Conselho de Segurança Nacional, a posição defensiva mais definida possível. Podemos, assim, embora a curto prazo, estar tranquilos, muito embora o problema seja permanente. Se pudessemos exportar e, ao mesmo tempo, ainda que através de firmas estrangeiras, trouxéssemos para o Brasil grandes equipamentos de exploração em vez de largarmos todas essas riquezas nas mãos dos estrangeiros, esses probleminhas econômicos aparentemente estariam resolvidos. Aumentaríamos, substancialmente, o volume de exportação, importariamos bens de capital e entraríamos em fase de desafogo.

Entretanto — e esse é o ponto final é central das palavras que quero pronunciar, na noite de hoje — há um terceiro fator, tão importante quanto os demais que permite pensar no desenvolvimento econômico, a partir do capital existente, sem necessidade, praticamente, de novos investimentos e sem que fiquemos proibidos de considerar também os outros possíveis elementos de desenvolvimento, como a exportação e o aumento da produtividade.

Referi-me — e já uma vez abordei o assunto no Senado — ao aproveitamento dos fatores ociosos da nossa economia. Temos, na realidade, um capital já investido no País em bens de capital, isto é, em máquinas e terras, em condições de serem aproveitadas, não faltando a essas condições de aproveitamento, ligação ferroviária e rodoviária ou de outra natureza com os centros de consumo, mão de obra subutilizada e subempregada; em suma, fatores econômicos ociosos, dignos de serem considerados. Acredito que um programa de trabalho para esses equipamentos, peças e terras hoje, total ou parcialmente improdutivos, representariam — não é possível duvidar — aumento substancial sensível, direi mesmo formidável, da renda nacional, através do produto nacional, sem que fôssem necessários grandes investimentos novos.

Citei aqui uma vez, de passagem, apenas para exemplificar, a indústria mecânica do Sul do País — São Paulo, Paraná, Santa Catarina e mesmo Rio Grande do Sul — assim considerando não o que está organizado sob forma de empresas que trabalham como indústrias mecânicas, mas a soma de todas as máquinas operatrizes que existem já montadas, em condições de funcionar, no Sul do País.

Se compararmos a produtividade ou a produção máxima nominal dessas máquinas com sua produção real, nas mãos dos seus proprietários ou das indústrias que as possuem, verificaremos que há uma distância quase infinita entre as duas produções.

A simples consideração desse fato mostra que, sem qualquer investimento novo, se fôssem possível organizar essas máquinas e os operários a elas ligados num programa de trabalho mais intenso, de maior rendimento, teríamos aumento substancial do produto nacional naquela região.

Por exemplo, se uma pequena oficina mecânica atualmente instalada na cidade de São Paulo, possuir uma fresa, um torno ou uma máquina de furar que trabalhassem duas ou três horas por semana — nas pequenas oficinas mecânicas, cada uma dessas máquinas só é usada poucas horas, quando os reparos em que são especificamente empregados exigem sua utilização, quase sempre alternadamente — se essa oficina mecânica fôssa dada como indústria de autopeças, bem organizada, cobrindo a totalidade das necessidades da região, com um programa de trabalho permanente: se essa fresa, esse torno e essa máquina de furar, trabalhasse,

digamos, quatro horas por dia, fora do programa da empresa, em outro programa produtivo, teríamos produção de alta valia e, se devidamente orientada, de alto nível técnico; tudo isso, sem necessidade de qualquer novo investimento.

É apenas um exemplo, que poderia ser somado à utilização da terra. Fazemos todos em Reforma Agrária, sempre com o objetivo de produzir mais. Há tratos e tratos de terra, quilômetros quadrados e hectares que nada produzem devido à estrutura obsoleta da propriedade, nesse setor.

O Sr. Mem de Sá — Já aí tornam-se necessários grandes investimentos.

O SR. ANTÔNIO BALTAR — Ia fazer a ressalva, demonstrando embora que esse investimento será muito menor do que se fossemos pagar a terra por especulação, atribuindo-lhe valor de acordo com a relação que é o índice usado pelo economista.

Essa, aliás, é a condição de qualquer país subdesenvolvido, e se há vantagem na condição de subdesenvolvido, em relação ao país desenvolvido, a vantagem é essa. É possível, assim, com investimento relativamente pequeno, promover substanciais aumentos de produção.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. ANTÔNIO BALTAR — Pois não.

O Sr. Mem de Sá — Esses assuntos são fascinantes, e V. Exa. sabe o melhor do que eu. Também não ignora o nobre colega o resultado do inquérito feito na indústria têxtil, através do qual se verifica, em abono da tese que ora sustenta, que sem nenhum investimento novo, só através de processos racionais, se poderia aumentar a produtividade em cerca de 30%. Aqui, porém, interfere fator muito curioso: a proteção demasiada de se dá à indústria nacional e que pode operar condições às vezes anti-econômicas, em detrimento do consumidor, perturbando o ideal da produtividade.

O SR. ANTÔNIO BALTAR — Agradeço o aparte de V. Exa., como sempre esclarecedor, e para minha felicidade, quase que invariavelmente de acordo com as modestas palavras que vinha pronunciando.

Sr. Presidente, resumindo o pensamento que quis desenvolver na noite de hoje, admito que nos próximos anos da história brasileira se se tirar, convenientemente, partido de certos investimentos realizados nos últimos dez ou quinze anos; se se organizar um programa de produção que passe um pouco por cima das fronteiras da propriedade privada, estabelecendo não digo obrigatoriamente, porque o regime não o permite, mas sugerindo programas de trabalho às indústrias, que trarão altos investimentos, e a pequena produção, às vezes programas de trabalho de fora da sua linha de produção pouco importa — dentro de um planejamento global adequado, tenho esperanças de que nos próximos anos o Brasil poderá estruturar muito melhor a sua economia, alcançar índices de produtividade muito mais elevados e melhor sem o afluxo proporcional de capitais estrangeiros, através, sobretudo, de uma exportação racionalmente organizada e de um aproveitamento dos fatores ociosos. Poderá a economia brasileira dar nos próximos anos passos gigantescos no sentido de sua definitiva consolidação, com a principal consequência que todos almejamos: o aumento da renda nacional a um ritmo muito mais acelerado que o crescimento da população brasileira, que se faz na ordem de dois e meio por cento ao ano, de tal sorte que a disponibilidade de bens e de serviços em cada período atual da nossa história econômica disponibilidade efetiva e que alcança todas as camadas da popu-

lação e não importa numa redistribuição da renda nacional, tudo isso documentará aquilo que no sentido mais rigoroso da expressão se chama progresso e desenvolvimento econômico. (Muito bem, muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

#### Requerimento n. 45, de 1961

Na forma prevista no art. 212, letra "g", do Regimento Interno, requer que o Senado não funcione nos dias 30 e 31 do corrente mês — no primeiro a fim de possibilitar a preparação do Palácio do Congresso para as solenidades de posse do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos para o quinquênio de 1961 a 1966 e no segundo em vista da coincidência de hora com algumas das cerimônias a que os Srs. Senadores devem comparecer.

Sala das sessões, em 27 de janeiro de 1961. — *Moura Andrade.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

*Discussão única do Projeto de Resolução nº 60, de 1960, que suspende a execução da letra d do art. 2º do Decreto nº 451, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 250, de 1960).*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Por falta de número, o projeto não será posto em votação.

*Discussão única do Projeto de Resolução nº 61, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 1.321, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 471, de 1960).*

Em discussão. Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Por falta de número, deixo de submeter o projeto à votação.

Esgotada a Ordem do Dia.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

Pego a palavra, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, estava inscrito para falar na sessão da próxima segunda-feira. Acabo, entretanto, de ser surpreendido com a notícia de que mediante a votação última feita, não teremos mais sessão durante o período governamental do Sr. Juscelino Kubitschek, de modo que, elaborado como estava o meu discurso, posto que sem uma revisão mais seria, aproveito a oportunidade para dar, como brasileiro e como nordestino, minhas impressões sinceras e leais em torno do Governo que vai encerrar seu mandato.

Sr. Presidente, inscrito para falar, menos para inspirar debates em torno de um governo que se extingue, do que para pronunciar um discurso de despedidas — Escrevi as minhas palavras. Elas poderão ecoar frias e serenas como o são, em geral, as que saem dos trabalhos pensados de gabinete. Mas, caíram de minha pena tonificadas na emoção mais profunda e sincera de um sentido patriotismo — Sou um homem de temperamento esquivo e desconfiado — Sempre senti algo de embaraçoso ao subir à altura onde militam e comandam os poderosos — Não sei se complexo de inferioridade ou consciência segura de minha própria desvalia.

O Sr. Mem de Sá — Não apoiado.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Durante dois anos ocupei a liderança de um partido; e acredito que menos de seis vezes encontrei-me com o atual Chefe do Estado para formular pedidos ou encaminhar reivindicações — Mas, nunca perdi o contato com a sua obra governamental — Acompanhei-a, sentindo-a no seu conteúdo e na sua substância — Agora praticamente, essa tarefa se extingue — Amanhã as portas do Palácio estarão abertas, aos que entram e aos que saem — Os que entram, na justificada euforia dos que ocupam a praça ao som das trombetas da Vitória — Empolgados pela grandeza dos postos e pela nobilitante missão de conduzir os destinos de um grande povo — Os que saem — desgastados nas energias do corpo, envelhecidos, enrugados, sacudindo da roupa o pó de uma caminhada longa e fecunda — Não lhes posso bem interpretar o estado d'anima — Se há neles a sensação dos que se libertam das canseiras de um grande trabalho, glorificados pela consciência do dever cumprido; ou se há neles a sensação de saudade e estocismo dos que deixaram inacabada a tarefa dignificante do soerguimento da pátria — Para mim, Sr. Presidente, encerra o mandato um governo que foi o maior da República, ao lado de Getúlio Vargas.

O Sr. Lima Teixeira — Não apoiado.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Tenho saudade e pena em vê-lo concluir-se. E peço a Deus que o que vai entrar igual-o ou o exceda na Vitalização do espírito novo que domina o Brasil e na soma de realizações objetivas — A História, Senhor Presidente, há de julgar com serenidade e justiça o governo que hoje termina. As paixões irão ceder às reflexões patrióticas — Nesta Casa, ninguém terá a noite inquieta dos pesadelos — Os que o defenderam e os que o criticaram. Todos, acertando ou errando, sentem a deliciosa tranquilidade dos que cumpriram o dever.

Não me arrependo de tê-lo criticado e menos de tê-lo defendido — Conclui-se a missão de um governo singular, revolucionário e criador. Todos nós sentimos, de começo, alguma coisa estranha.

Agravou-se o desequilíbrio orçamentário, secular na vida administrativa deste país; sucederam-se as emissões do papel moeda; elevou-se o nível de vida; as lamentações, as queixas, a revolta, emergiam de toda parte, e tudo indicava que uma desordem econômica e financeira sem par conduziria a nação às garras de uma catástrofe administrativa. Era, entretanto, a eclosão de uma era revolucionária — O chefe do Estado quebrava a rotina e imprimia novos métodos à administração — Deixava a tranquilidade do gabinete presidencial e voava dia e noite pelos Estados e pelos municípios, despertando energias adormecidas e sentindo de perto o palpitar dos grandes problemas nacionais — No Rio, a capital da República, encrustada entre as serras e o mar, vivendo uma civilização literária envelhecida e ociosa, sofrendo os males dos excessos po-

pulacionais; no centro e no oeste terras desertificadas gritando pela assistência fecunda dos homens; no ar, na terra e no mar, a precariedade das comunicações; nas fronteiras, as incursões do contrabando e a infiltração crescente do comércio estrangeiro; o nordeste, açoitado pelas secas, começando a desesperar, clamando pelas barragens redentoras, de onde nascessem os canais de irrigação, fertilizando grandes áreas de terras ressequidas; as importações consumindo as divisas; a indústria escassa e rotineira; o petróleo, cubado, a exigir uma política intensiva em busca do auto-suficiência; a energia elétrica, precária, impondo rápida expansão. Que fazer, Sr. Presidente? Que fazer o governo de uma nação pobre, para solução de tantos problemas vitais? Escravizar-se à rotina para não agravar o desequilíbrio orçamentário? Pedir ajuda às nações estrangeiras beneficiadas e enriquecidas com a nossa pobreza? Cruzar os braços ou subprimir despesas para valorizar a moeda? Fugir às emissões, para manter fidelidade às regras clássicas da Ciência das Finanças? Deixar as populações nordestinas extinguirem-se pela fome e pela sede? Desassistir os brasileiros, do centro, do norte e do sul, na emergência das calamidades? Deixar os problemas mais gritantes de nossa ordem econômica sem solução? Consentir estrangular-se no colapso da moeda o anseio por uma pátria vigorosa e forte? Absorver-se ao ideal nacionalista, quando ate as mais incultas do mundo deram o sangue nas ruas, nas cidades e nos campos, na conquista de sua libertação econômica? Que fazer, Sr. Presidente, progredir e salvar, impondo sacrifício, suor e sangue, ou morrer na estagnação dos povos estiolados em suas energias mortais? O governo rompeu a rotina e atirou-se à luta galvanizou o espírito nacional; mobilizou os recursos externos que lhe estavam às mãos, e com os próprios valores morais e materiais da nação realizou o que aí está, para ser visto e sentido: o milagre de uma nação pobre extrair de suas próprias dificuldades as linhas mestras de sua grandeza imortal. — Ninguém conseguirá mais deter os avanços do espírito nacionalista e a política de renovação de métodos administrativos que se inaugurou neste país — As emissões, realmente vultosas, impuseram ingentes sacrifícios ao povo, mas, a estruturação econômica desta nação está feita, nas obras reprodutivas que pontilham todos os setores da pátria — Brasília fez a integração geográfica, social e econômica do país — A ela estão hoje ligadas as mais longínquas regiões do Brasil através de rodovias, quase inacreditáveis, no ângulo de sua extensão — Brasília-Acre, Brasília-Belem e Minas-Brasília, qualquer delas, Sr. Presidente, marcaria, indelevelmente, a passagem de um homem público pela chefia do governo — O sentido econômico dessas obras não escapa à visão de ninguém — Igual é o mérito das grandes barragens destinadas à expansão da energia elétrica, ao incremento industrial do país e ao enriquecimento do nosso parque agrícola e pastoril. Ainda agora, inaugura-se a barragem do Orós, orgulho da engenharia nacional e sonho secular do povo cearense — As suas margens, de muitos quilômetros, e a sua jussante, com uma área de 2.500 hectares irrigáveis, a fartura perene dará o bem estar e a felicidade a milhares de famílias sertanejas. A barragem de Três Marias, só ela com mais de vinte bilhões de metros cúbicos de água represada; bastaria também para consagrar um governo. As suas utilidades econômicas não repousam apenas na indústria da pesca; visam, sobretudo, a produção de energia elétrica, para atendimento ao imperativo da industrialização nacional. Pro-



moverão ainda o incremento da produção agrícola de vários Estados, pelo processo de irrigação de suas terras. Que direi, sr. Presidente, sobre a barragem de Furnas, a gigantesca obra em andamento, que terá uma capacidade geradora de 10 milhões de cavalos, mais do dobro da atual capacidade instalada existente no Brasil? Quem, sr. Presidente, poderá negar o sentido econômico e reprodutivo dessas obras, que constituem assombrosos milagres de administração? Benditas as emissões que se invertiram em tão fecundas realizações. Emitir para produzir é criar riqueza. Ninguém nega que o inflacionismo é um dos grandes males do papel moeda. Mas, não parece possível recusar a verdade de que a criação, mesmo imoderada de dinheiro, destinado à estruturação econômica de uma nação e à intensificação de suas forças de produção, traz, em si mesma, o privilégio de valorizar o meio circulante e anular os eventuais malefícios da inflação. As contingências da vida moderna, o complexo ajustamento das classes sociais, os anseios de progresso e a busca da felicidade, que é o ideal supremo dos homens e dos povos, quebraram muito a valia das regras clássicas da Ciência das Finanças e conduziram os estadistas a dar prioridade à solução dos problemas econômicos.

Assim fez a Rússia com os seus planos quinquenais; assim entenderam Roosevelt e Truman, nos Estados Unidos; assim se fez na Austrália, sob a influência dos ideais de Keynes. No Canadá, na França, na Suíça, na Inglaterra, na Suécia, o mesmo rumo foi seguido — Todos os povos do mundo moderno deram sangue, suor e lágrimas para organizar a sua economia nacional. Foi essa a revolução desencadeada neste país, que estava na contingência de permanecer escravo ou libertar-se com o imenso sacrifício dos seus próprios recursos. E essa revolução que está em marcha: em marcha que ninguém poderá deter — Sinto, sr. Presidente o dever de patriota de prestar essa homenagem

singela ao homem que deixará amanhã a chefia do Estado — Ele foi um estadista singular — Singular foi a obra do seu governo — Sua trajetória governamental constituiu o rumo luminoso de um obstinado — Lutou sem canseiras, sem preservar a saúde, como um louco divino, para atingir às metas de bem público que idealizou — Errou, e deve ter errado muito, mas, errou pensando em servir à nação.

Os nordestinos jamais esqueceram o nome de Getúlio Vargas, o pioneiro do ideal nacionalista neste país; o desbravador dessa política de emancipação econômica; o maior reformador social dos nossos tempos, o grande benfeitor da região das secas — Nunca faltou na alma nordestina o sentimento da gratidão — E' por isso, Senhor Presidente, que o homem que descerá, em poucos dias das alturas para a planície, será sempre lembrado com emoção e reconhecimento pelos povos nordestinos — Em nome do meu pequeno e glorioso Estado; em nome do seu povo valente e bom; em nome dos milhões de brasileiros, socorridos na hora angustiosa da fome e da sede; eu apresento desta tribuna ao cidadão Juscelino Kubitschek, as nossas despedidas e o testemunho do nosso reconhecimento profundo — E peço a Deus que ilumine o espírito do governo que se inaugura e lhe de forças para completar a obra magistosa que aí está, bem plantada no coração e no espírito da mocidade, que espera de nós a estruturação de uma pátria livre, feliz e forte.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores. Vou encerrar a sessão. Antes de fazê-lo, designo para a próxima, na quarta-feira vindoura, a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 1º de fevereiro de 1961

(Quarta-feira)

1 — Continuação da votação, em discussão única do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensa-

da República submete ao Senado a gem nº 41, pela qual o Sr. Presidente escolha do Sr. João Kubitschek de Figueiredo para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas.

2 — Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução nº 90, de 1960, que suspende a execução da letra d do art. 2º do Decreto nº 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 470, de 1960).

3 — Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução nº 61, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 1.027, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer número 471, de 1960).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 50 minutos).

### SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

#### Ato do Primeiro Secretário

O Sr. 1º Secretário deferiu o seguinte requerimento:

S/N — do Serviço Médico do Senado, comunicando que Aloisio Menezes Evaristo, Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, necessita 40 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27 de novembro de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de janeiro de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral Substituto.

#### Comissão de Promoções

A Comissão de Promoções, em reunião realizada em 23 de janeiro do corrente ano, apresentou as seguintes listas tripliques para o preenchimento da vaga decorrente da transferência

de Edson Ferreira Affonso, Oficial Legislativo PL-7, para outro cargo:

#### 1ª LISTA

##### Carreira de Oficial Legislativo

Do símbolo PL-8 para PL-7

#### MERECIMENTO

Raimunda Pompeu de Saboia Magalhães;

Célia Thereza Assumpção;

Durval Sampaio Filho.

— Vindas de listas anteriores.

Do símbolo PL-9 para PL-8

##### (Acesso à carreira de Oficial Legislativo)

#### MERECIMENTO

Arthur Levy Sequeira Schutte; Themis Garcia de Lacerda — Impedida no Rio.

(\*) — (Deixa de ser completada a lista triplique por falta de interstício dos demais ocupantes da classe).

##### De Auxiliar Legislativo Símbolo PL-10 a PL-9

Rosa Angélica Berger Vargas Caridade;

Vera Marina da Silva Zagar;

Corina Lucy Baldo de Camargo Almeida.

— Impedidas no Rio.

#### 2ª LISTA

(Para preenchimento da vaga decorrente da exoneração de Carlos Gustavo Schmidt Nabuco).

#### MERECIMENTO

Do símbolo PL-9 a PL-8

##### (Acesso à carreira de Oficial Legislativo)

O que sobrar da 1ª lista e mais os seguintes:

Maria Tavares Sobral;

Sylvio Pinto de Carvalho.

#### ANTIGUIDADE

(De Auxiliar Legislativo PL-10 a PL-9) Maria Thereza Motta Igrejas Lopes. Comissão de Promoções, em 25 de janeiro de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.